



UDIPSS VISEU
É necessário mais investimento do Estado para criação de vagas



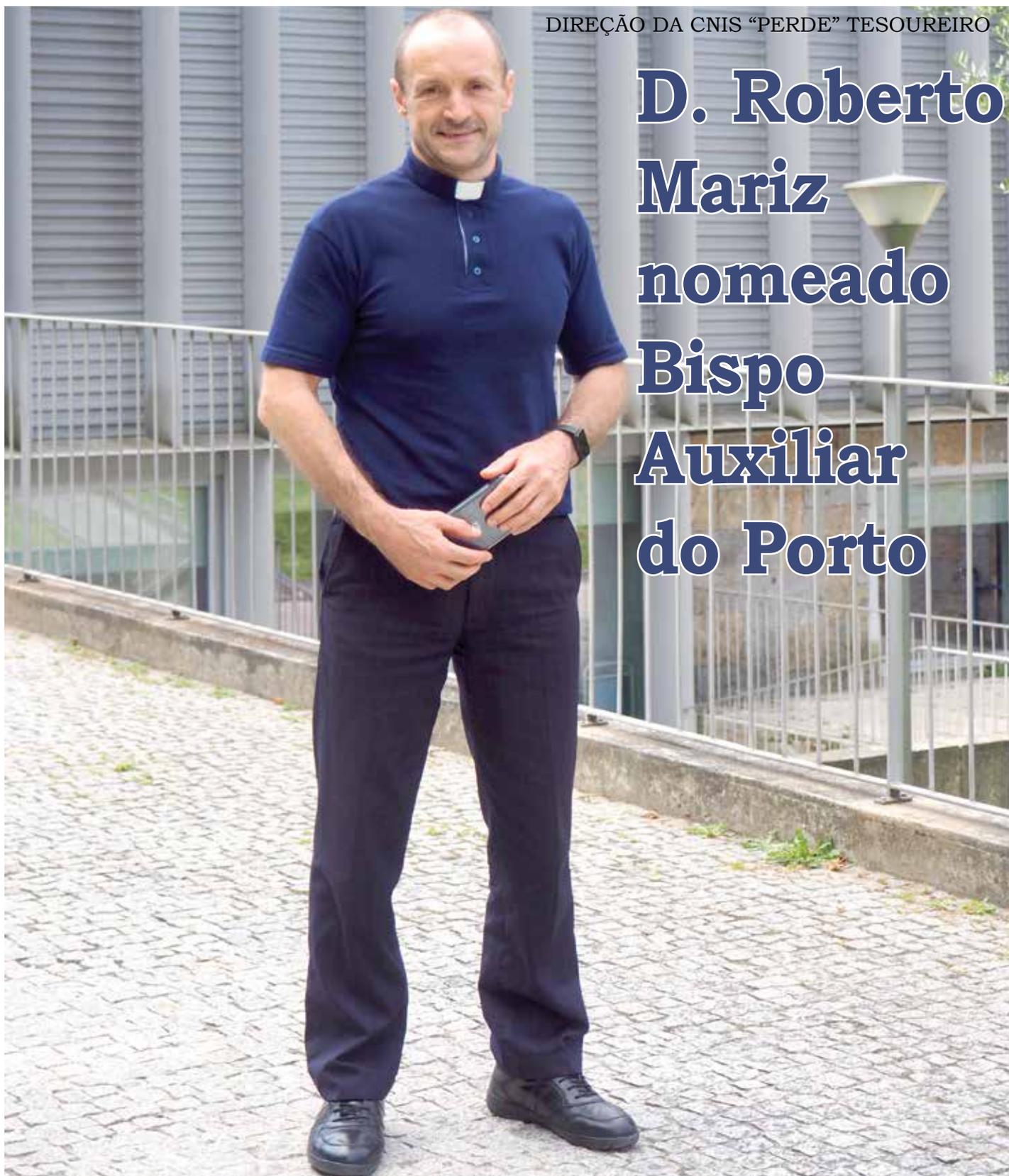
CSC ORGENS
Novo lar aberto em 2022 continua à espera de acordos de cooperação



OBRAS SOCIAIS
Resposta pública condena CATL ao encerramento

VOLTA A PORTUGAL DA SOLIDARIEDADE PASSA EM VISEU

Falta de lugares em ERPI e em creche preocupa dirigentes



DIREÇÃO DA CNIS “PERDE” TESOUREIRO

D. Roberto Mariz nomeado Bispo Auxiliar do Porto

iD

A GAMA PROFISSIONAL ADAPTADA A CADA PACIENTE

- ✓ iD oferece conforto e segurança
- ✓ 100% respirável para preservar a integridade da pele
- ✓ Tem um sistema de controle de odores

Aprovado por dermatologistas

NORDHigieno
Produtos de higiene e limpeza

Eugénio Fonseca



Plataformas Colaborativas

Ao participar em conferências, debates ou outros tipos de reflexão tenho reparado que passou a fazer parte da narrativa de muitos oradores, afirmações como “participações, ações, plataformas colaborativas”. Sempre para substituir as tradicionais sugestões de “trabalho em rede, em parceria, com parceria”. Pelos contextos em que aparece, a nova terminologia só pode ser uma nova forma de dizer a mesma coisa. Não vejo outra razão. Também faz todo o sentido porque, já estamos habituados, quando as palavras, por muito significado que tenham, sejam desgastadas pelo tempo, pelo seu mau uso, e, por isso, venham a ser substituídas por outras que, por vezes, nem sempre são tão fortes, mas que trazem efeitos práticos diferentes. Neste caso, parece-me até que a expressão “colaborativa” dá mais força ao que se pretende alcançar. Todavia, como a experiência nos vem demonstrando, não basta mudar palavras e/ou designações para se alterarem as práticas. É preciso que estas mudem mesmo. E no que respeita ao trabalho em rede ou em parceria não há norma ou projeto que não o exija, seja qual for a área de intervenção, mas no domínio social é uma exigência sagrada. Porém, tenho a sensação – não estarei muito distante da realidade – que nunca se soube trabalhar bem em parceria. Não só no que respeita ao campo social. Até a administração pública, por muitas estratégias e planos, vive suportada por uma gestão atomizada que se alimenta de uma burocracia muito condimentada. Ministérios, Secretarias de Estado, Direções Gerais, Institutos... não se conseguem articular entre si e os níveis de eficiência e eficácia não são tão rentáveis como poderiam ser, se tal acontecesse. Criaram-se as Comissões Sociais de Freguesias e Inter-Freguesias, as Redes Sociais, todos os projetos exigem o estabelecimento de parcerias, como já referi, mas a cultura predominante não é a da colaboração, mas a do domínio ou da procura de recursos. As generalizações são sempre perniciosas, porque tomam o todo pela parte, e não deixo de reconhecer que há exceções. Elas, contudo, são oásis cujas boas práticas deveriam ser mais disseminadas. Mesmo assim, não sei se seriam suficientes para vencer muitas mentalidades resistentes às mudanças que se impõem.

Podemos abordar esta questão das parcerias numa perspetiva mais técnica. Confesso que me interessa ir por um caminho mais concreto,

daquilo que são as vivências já experienciadas por mim próprio, ao longo de vários anos, ou por partilhas que me chegam da parte de técnicos e dirigentes de instituições. Em primeiro lugar, para uma verdadeira parceria tem de existir, em cada um dos pares, uma vontade firme e determinante de colaborar. Para isso, é preciso conhecer bem o que lhes é pedido e aceitá-lo, sabendo que se pode receber alguns proveitos, mas esse não é o desígnio principal. Outro aspeto fundamental é que não há parceiros de primeira nem de segunda. Todos, independentemente do seu estatuto eleitoral, tradicional ou financeiro, estão em paridade, face a qualquer assunto. A discriminação entre pares torna a parceria “um-faz-de-conta”. As decisões devem ser tomadas segundo as regras democráticas, com total transparência, e se as mesmas têm de ser preparadas com antecedência, que sejam com igualdade de oportunidades e com a total rejeição de “jogos de bastidores”. São, muitas vezes, estas “jogatanas” que levam representantes a abandonarem parcerias, ou outras a não apostarem nelas. Importantíssimo é que, regularmente, se faça a avaliação do trabalho realizado e o impacto que tem nas instituições

representadas e na finalidade para a qual se constituiu. Não se pode deixar a avaliação para o fim, no caso de se tratar de um projeto, pois há sempre correções de rota a fazer, para alcançar melhores níveis de eficiência e em ordem a uma maior eficácia.

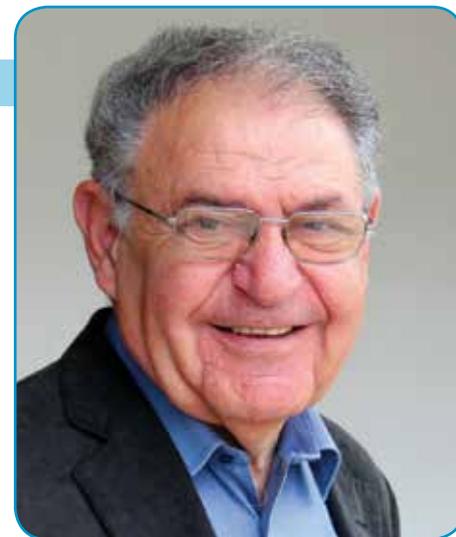
Diz-se que no, nosso país, há um problema estrutural que não facilita a predisposição para o trabalho em rede. A existência de uma predominante cultura intimista que leva cada um, neste caso, cada instituição, a cuidar de si própria. Reconheço, como já ficou indicado, que para muitos o trabalho em parceria exige uma grande mudança de mentalidades. Mas ela tem de acontecer, sob pena da fragilização das instituições, face à pouca rentabilização dos seus meios e à reduzida eficácia das suas ações.

Nenhuma IPSS se pode pensar hoje sem ser *uma-com-as-outras*. Os desafios que têm pela frente são enormíssimos e só unidas umas às outras e com organizações de áreas da economia social e mesmo de outros vetores da construção do bem comum, poderão encontrar razão para a sua continuidade e sustentabilidade para a sua viabilidade.



EDITORIAL

Padre Lino Maia - Presidente da CNIS



Dificuldades na cooperação

1. Diversas organizações sindicais, que integram a Comissão Negociadora Sindical do Contrato Coletivo de Trabalho entre a CNIS e a FEPCES e Outros, convocaram uma greve dos trabalhadores das IPSS para o dia 31 de Maio de 2023, com reivindicações de natureza salarial e de valorização de carreiras, convocando igualmente uma manifestação para a porta da sede da CNIS, no Porto.

O simples facto de ninguém ter adiantado os números de adesão à greve parece indicar que não foi expressiva. E se foi inexpressiva é porque os trabalhadores compreendem perfeitamente que a generalidade das respostas sociais não podem dispensá-los por escassas horas que sejam.

Sempre se tem afirmado que os trabalhadores nas IPSS não só não são problema como são solução. E eles sabem isso e reconhecem que é neste Sector que encontram melhores relações de trabalho e maior estabilidade. Também parece serem eles mais sensíveis à impossibilidade dos dirigentes sociais de atribuírem melhores salários, como muito bem gostariam, do que o Estado, que não dota o Sector dos meios necessários para pagar melhor. É sabido que os trabalhadores ganham mal, mas isso é comum a quase todos os trabalhadores e, como o provam os estudos feitos, os salários no Sector Social Solidário não são muito inferiores ao que se verifica na economia em geral.

Se a adesão à greve foi inexpressiva, confirma-se, porém, que a manifestação teve alguma expressão e contou com algumas expressões teatrais. A rua da Reboleira no Porto, onde se localiza a sede da CNIS, é muito estreita e as casas convergem, pelo que se presta estrategicamente para fins desejados e indesejáveis. Ali, torna-se muito fácil a concentração e, melhor do que em qualquer outro lado, ali também há palco para se exibirem intrusos que deixaram trabalhadores contrafeitos, dirigentes sindicais incomodados e dirigentes sociais apiedados. Para mais quando a CNIS permitiu que a comunicação social usasse as suas próprias instalações para gravar e expandir imagens e sons.

A manifestação terminou com uma longa reunião dos dirigentes sindicais com os dirigentes sociais em que foi manifesto o bom ambiente e a mútua compreensão, tendo ficado estabelecido que o bom diálogo continua a ser uma marca que irmana tanto uns como outros.

2. Evidentemente, não está em causa nem o direito à greve nem a liberdade de manifestação. A posição que a CNIS, invariavelmente, tem defendido é de que os trabalhadores das IPSS têm um papel essencial na qualidade dos serviços e dos cuidados prestados aos utentes das Instituições e que as remunerações praticadas não correspondem a essa exigência. Os trabalhadores não são um problema para as Instituições. Mas esse reconhecimento exige o esclarecimento da posição negocial da CNIS durante o normal processo negocial de revisão dos Contratos Coletivos de Trabalho. Assim: 1 – O CCT entre a CNIS e a FEPCES e Outros teve a última revisão publicada no BTE nº 39, de 22 de Outubro de 2021, encontrando-se o texto de revisão global em vias de publicação no BTE, relativamente ao ano de 2022. Isto é, há acordo escrito com a FEPCES até 31 de Dezembro de 2022. 2 – O processo de revisão para 2023 iniciou-se ainda em 2022, tendo em conta o compromisso da CNIS em fazer reportar a 1 de Janeiro de 2023 os efeitos das novas tabelas de remunerações a negociar, tendo decorrido reuniões negociais com frequência pelo menos mensal. 3 – As alterações das tabelas remuneratórias com que a CNIS fechou a sua proposta representam um aumento da massa salarial superior aos 5,1% previstos no Acordo de Rendimentos, Valorização dos Salários e Melhoria da Competitividade, a que se refere a Cláusula V, 1 da Adenda Extraordinária do Compromisso de Cooperação para o Sector Social e Solidário para o Biénio 2021-2022 e resultam em grau muito significativo do impacto que provoca todos os anos nas tabelas remuneratórias a atualização do salário mínimo nacional. 4 – O aumento da RMMG, nos termos a que se vem procedendo desde 2014, constitui uma medida de combate à pobreza que tem merecido a concordância da CNIS – embora não tenha sido acompanhada da correspondente atualização das participações públicas dos acordos de cooperação, na mesma proporção. O aumento das participações da Segurança Social para 2023, previsto na Cláusula II da Adenda Extraordinária, não cobre a despesa com o aumento das remunerações constante da proposta final da CNIS à FEPCES e Outros. 5 – No quadro de constrangimento descrito, e como tem sucedido regulamente, foi possível chegar a acordo com duas outras Federações Sindicais, quanto à revisão dos CCT para 2023, como a CNIS oportunamente informou as Instituições.

Os textos dessa revisão, que podem ser consultados aqui, encontram-se em vias de publicação no BTE, e contemplam as matérias constantes da posição assumida pela CNIS no processo negocial com a FEPCES e Outros – o que comprova que não foi por falta de vontade negocial da CNIS que o acordo de revisão do CCT com a FEPCES e Outros não foi assinado.

3. O Compromisso de Cooperação para 2023-2024 só agora começa a ser negociado. Não por inércia da CNIS e das outras ORSSS. Realce-se que já muito antes do fim do último ano, com um grande e consistente desenvolvimento, a CNIS alertou para a conveniência em serem iniciadas as negociações e apresentou uma proposta muito concreta de modelo do novo Compromisso.

Não se antevê nada fácil concluir com sucesso o Compromisso, haja em vista que, em 2022, o Índice de Preços no Consumidor (IPC) registou uma variação média anual de 7,8% e que, apesar de se prever um abrandamento progressivo da inflação no corrente ano, os preços altos do ano findo serão agravados com a inflação deste ano, seja ela qual seja. A inflação anual soma e não subtrai. Realce-se, também, que a variação média anual da inflação no Sector é muito mais elevada do que no conjunto da atividade económica nacional.

Sabe-se que o Estado vem tendo uma receita superior e que a Segurança Social acumulou um excedente de mais de 4 mil milhões de euros em 2022, pelo que, em princípio, não pareceria difícil concertar uma atualização necessária e justa dos acordos de cooperação. Porém, prevê-se que o Compromisso de Cooperação de 2023-2024 esteja ameaçado com um sério e indistigável irritante. Ultrapassável? Depende do Estado...

O Sector é responsável. Mas tem em consideração que, efetivamente, as IPSS sentem que, neste ano, da atualização dos acordos, as IPSS só estão a receber mais 0,8% do que no ano anterior e as alterações das tabelas remuneratórias com que a CNIS fechou a sua proposta com os Sindicatos representam um aumento da massa salarial superior aos 5,1%. É verdade que em dezembro foi assegurada uma atualização dos acordos de cooperação de 5%, mas a antecipação de 4,2%, então recebida, como se constata, foi canalizada para a solução de problemas emergentes de tesouraria.

JORNADAS DIOCESANAS DA PASTORAL SOCIAL

Presidente da CNIS na Guarda para debater “os desafios das IPSS na nossa Diocese”

O presidente da CNIS vai participar nas Jornadas Diocesanas da Pastoral Social, subordinada ao tema “Os desafios das IPSS na nossa Diocese”, organizadas pelo Departamento da Ação Social da Diocese da Guarda.

A iniciativa acontece devido à preocupação do Bispo da Guarda, D. Manuel Felício, “com as muitas dificuldades por que passam as Instituições Particulares de Solidariedade Social, nomeadamente com o crescimento dos encargos, mormente os económicos”.

D. Manuel Felício dirigiu aos dirigentes e às direções técnicas das IPSS de inspiração cristã



da Diocese um convite para a participação nas Jornadas Diocesanas de Pastoral Social.

As Jornadas pretendem, “neste ano

particularmente difícil”, motivar e envolver todos os agentes da Pastoral Social no esforço comum e conjunto de procurar prestar os melhores serviços aos mais pobres e abandonados da sociedade.

As jornadas, marcadas para o dia 14 de junho, às 14h30, no Seminário da Guarda, contam, entre outros, com a presença do padre Lino Maia, presidente da CNIS, sendo que o desafio destas jornadas passa por “encontrar a melhor forma de fazer chegar junto da tutela as preocupações das IPSS” e conseguir, de forma concertada, “reivindicar aquilo que consideramos justo”.

PEDEPE - PROGRAMA DE EXPANSÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR

Estão abertas as candidaturas e o prazo termina no próximo dia 30 de junho

A CNIS informa as suas associadas com resposta de Educação Pré-Escolar que as candidaturas para a Compensação do diferencial remuneratório dos educadores de infância da Rede Solidária, abriram no passado dia 6 e terminam a 30 de junho.

Interessa saber que apenas poderão candidatar-se as instituições que têm acordo de cooperação com o Ministério do Trabalho, Solidariedade e da Segurança Social (MTSSS) e o Ministério da Educação (ME); as candidaturas devem ser preenchidas no site do Instituto de Gestão Financeira da Educação do ME, área educação, PEDEPE, “Candidatura ao Programa PEDEPE” (<https://portal.igefe.mec.pt/ords/f?p=100:101:0>); o apoio financeiro traduz-se na compensação pela diferença entre a remuneração média mensal dos educadores de infância da educação pré-escolar e o valor de referência 1.154,70 euros; o apoio financeiro será pago em 12 mensalidades (setembro a agosto), reportadas a 14

prestações mensais, acrescido do adicional para compensação dos encargos legais com a Segurança Social e com a cobertura dos riscos de acidente de trabalho e doença profissional.

Todas as instituições que pretendam candidatar-se devem observar e cumprir rigorosamente os seguintes prazos:

Até 30 de junho, preenchimento e submissão das candidaturas. Aqui as instituições devem aceder à plataforma, preencher a candidatura, rever, e quando esta se encontrar válida, proceder à sua submissão;

De 03 a 14 de julho, consulta e análise das candidaturas. Nesta fase, a plataforma fica para consulta, entrando no sistema o ficheiro da Segurança Social, para cruzamento da informação relativa a ausências e remunerações;

De 17 a 28 de julho, análise e correção das candidaturas. Momento para corrigir todos os erros da candidatura, sejam os identificados pelo IGEFE relativamente a ausências

ou os detetados pelas instituições após a submissão;

De 31 de julho a 11 de agosto, período de reclamação. Fica disponível na plataforma o documento com o cálculo provisório da compensação a atribuir, devendo as instituições verificar se o mesmo está correto e, se necessário, contestarem o valor. Se até 11 de agosto as instituições não apresentarem eventuais alegações em contrário, será disponibilizada na plataforma a decisão final. Após esta data, é encerrada a participação das instituições no Programa, não havendo lugar a correções e/ou submissões de candidaturas.

A CNIS aconselha todas as instituições à leitura dos documentos de apoio disponíveis, antes de iniciarem as candidaturas sugerimos, estando disponível para esclarecimento de dúvidas às suas associadas na elaboração das candidaturas, através dos contactos do Departamento Técnico: dep.tecnico@cnis.pt e 226 068 614.

TRABALHADORES DAS IPSS MANIFESTARAM-SE À PORTA DA CNIS

CNIS reafirma falta de capacidade das instituições para mais aumentos salariais

Centenas de trabalhadores do Sector Social Solidário manifestaram-se, no passado dia 31 de maio, à porta da CNIS, no Porto, por aumentos salariais “justos e dignos” e “por um maior reconhecimento e valorização” do desempenho das suas funções.

Vindos de várias regiões do país, trabalhadores das mais variadas valências do Sector Social Solidário, desde creches, ERPI, centros de dia ou instituições de apoio a pessoas com deficiência, gritavam “tanta hora a trabalhar para nada ganhar”, “ganhamos tão mal no sector social” ou “está na hora dos aumentos cá para fora”.

Em declarações aos jornalistas, e antes de se reunir com os representantes sindicais, o presidente da CNIS afirmou compreender “perfeitamente” as reivindicações dos trabalhadores, mas apesar disso não vai poder responder positivamente.

“As instituições não têm receitas, elas estão, de facto, muito deficitárias”, assumiu o padre Lino Maia, lembrando que tem insistido junto do Governo, mas não tem havido correspondência.

“O Estado tem de assumir a sua responsabilidade e olhar, de facto, mais para este sector”, sustentou.

Uma das principais reivindicações destes

trabalhadores visa um aumento de 75 euros no salário mensal e a valorização das categorias e carreiras profissionais. A proposta da CNIS é de 55 euros, mas os trabalhadores querem mais, porque o custo de vida aumentou, o poder de compra diminuiu e “sobra cada vez menos” todos os meses, afirmou Ana Rodrigues, coordenadora do Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços (CESP) em Braga.

Além do aumento salarial, os trabalhadores reivindicam ainda o aumento das diuturnidades e do subsídio de refeição e o horário máximo de 35 horas de trabalho semanais para todos.

JOSÉ COSTA, PRESIDENTE DA UDIPSS VISEU

Faz falta uma plataforma digital nacional para gerir as listas de espera em ERPI

A Volta a Portugal que o Solidariedade encetou na edição passada passa este mês pelo distrito de Viseu, uma região que congrega um total de 300 IPSS, 160 das quais associadas da CNIS. José Costa é o presidente da União Distrital das IPSS de Viseu e deu conta da dificuldade que é encontrar-se uma vaga em ERPI na região.

“Há um défice grande na resposta de ERPI, com grandes listas de espera em todas as instituições, e ainda na creche. Os lares é uma área onde deveria haver muito mais investimento para que deixássemos de ter tanta gente em lista de espera por um lugar numa ERPI. Com isto, se houvesse mais investimento e os acordos de cooperação correspondessem à capacidade que as instituições têm também era importante. Temos diversas instituições com grande capacidade, algumas sem acordo nenhum e outras têm acordo, mas apenas para uma parte das vagas. Isso complica muito a vida às instituições e cria-lhes muitas dificuldades”.

SOLIDARIEDADE - Portanto, há grande falta de capacidade de resposta?

JOSÉ COSTA - Sim, mas também há que reconhecer que as listas de espera são muito grandes em muitas instituições, porque as pessoas, perante a necessidade, fazem inscrições em diversos sítios. É que, quando uma pessoa é chamada por uma instituição ou falece, os familiares não dão baixa das inscrições que fizeram. Devia haver uma plataforma a nível nacional, da própria Segurança Social, que fizesse a gestão das vagas. Isto iria eliminar um grande número de pedidos de vaga para ERPI.

Disse que também há falta de creches, está aí o PRR e a «Creche Feliz», como tem sido bafejado o distrito com o programa financeiro europeu?

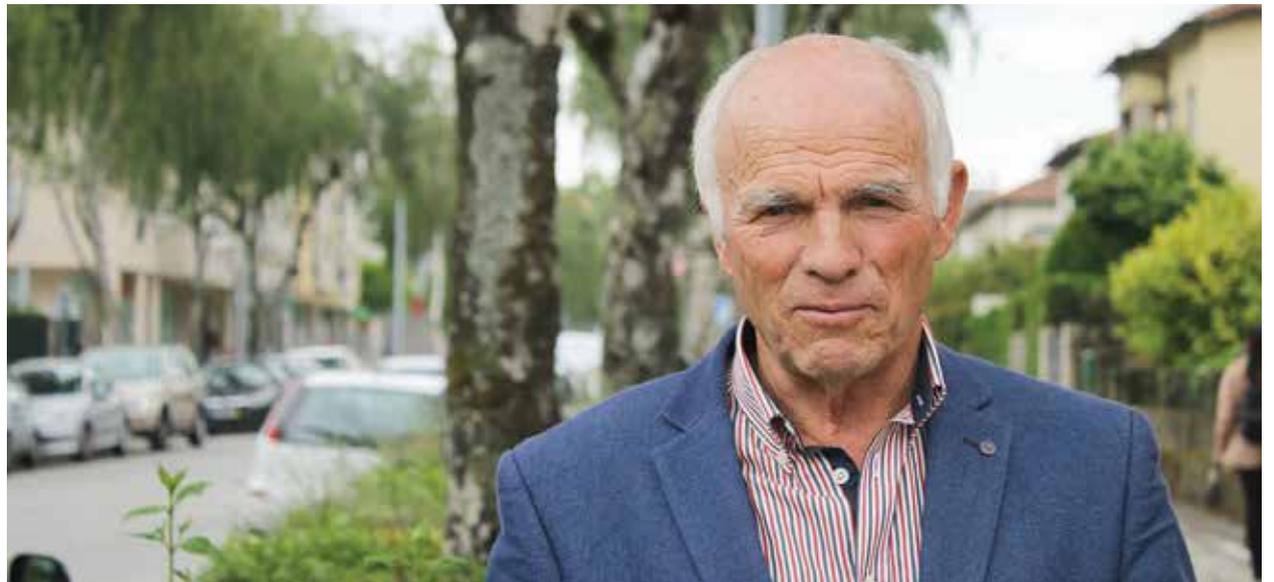
Temos alguns casos, mas a necessidade é muito maior do que as respostas que têm sido dadas. Há uma necessidade muito grande de creches, porque as famílias não têm onde pôr as crianças.

Essa necessidade até contraria a ideia de que no interior não há crianças?

Principalmente nos maiores centros urbanos, como Viseu, Mangualde, Tondela, Lamego, que são zonas que têm muitas crianças, as famílias não têm vagas em creche. Embora não seja suficiente, penso que a resposta de creche é um incentivo à natalidade. Criamos a creche gratuita, mas não havendo vagas, ficamos na mesma! Há necessidade de haver um investimento.

E quais são as principais dificuldades que as IPSS do distrito de Viseu enfrentam?

É a nível financeiro, há mesmo uma grande parte de instituições com dificuldades por causa dos acordos de cooperação que são insuficientes. Não abrangem a capacidade que as instituições



têm e muitas acolhem muitos utentes sem qualquer apoio da Segurança Social, mas continuam a fazer trabalho social e solidário! A participação do CATL precisa de ser revista, porque há muitas instituições que estão prestes a fechar a resposta por problemas financeiros. Neste aspeto, o Estado é o maior concorrente das IPSS e, com a descentralização de competências, isso pode ainda ser mais agravado.

Como vê a questão há muito falada de haver um financiamento à atividade das Uniões Distritais?

Isso é uma prioridade. As instituições não podem funcionar sem um orçamento que corresponda à sua atividade. As UDIPSS vivem simplesmente das quotas, das quais a CNIS fica com 20%, o que significa muito pouco dinheiro para as Uniões. O nosso orçamento é praticamente todo consumido no apoio jurídico e administrativo.

Se o orçamento não fosse tão limitado, em que é que a União apostaria em fazer mais?

Poderíamos ir mais para o terreno, conversar com as instituições que não são associadas, promovendo mais eventos que as pudessem captar para a Confederação. Poderíamos fazer mais formação, tanto para dirigentes, como para o pessoal, mas não temos verba!

A UDIPSS Viseu é a mais antiga de todas, conta já com 23 anos. Que balanço é possível fazer deste período?

A UDIPSS Viseu, dentro dos seus limites orçamentais, tem desenvolvido ações de diversos tipos, no âmbito de esclarecimento, de divulgação de informação e ao nível de formação tem havido um grande empenho. Tivemos um processo de formação que já decorre há cerca de 6 anos, formação financiada que abrangeu muitos funcionários das instituições, e que terminou em março. Foi um financiamento de cerca de 600 mil euros e as instituições ficaram muito satisfeitas,

até porque a formação foi gratuita para todas as IPSS associadas.

A formação é o principal eixo da ação da União?

Sim, porque reconhecemos que o pessoal das IPSS necessita de formação para o desempenho das funções do dia a dia e quanto mais formação tiver, mais qualidade terão os serviços que presta aos utentes.

E em que outras situações as instituições recorrem à União?

Essencialmente, pelo apoio jurídico e informação ao nível contabilístico e administrativo. As solicitações mais frequentes das instituições, em termos de apoio jurídico, são sobre contratos de trabalho, ou seja, recursos humanos, no apoio contabilístico tem mais que ver com as contas e no administrativo são pedidos de ajuda para trabalhar com determinadas plataformas digitais e não só.

Como é a relação da União com as IPSS associadas?

Temos uma boa relação com as IPSS associadas e não só. Tem havido algum crescimento no número de associadas, não tanto como o que gostaríamos, mas há que reconhecer que algumas até têm dificuldade em pagar a quota.

E a União tem desenvolvido alguma dinâmica para captar novas associadas?

Uma dinâmica específica, não, mas quando promovemos iniciativas mais gerais abrimos a participação a todas as IPSS do distrito.

E como é a relação da UDIPSS Viseu com a CNIS?

É uma relação excelente, a União de Viseu não tem qualquer problema com a CNIS.

PEDRO VASCO OLIVEIRA (TEXTO E FOTOS)

CENTRO SOCIAL E CULTURAL DE ORGENS, VISEU

Falta de acordos de cooperação gera desequilíbrio financeiro

É bem conhecido o título, de Samuel Beckett, «À espera de Godot», no caso do Centro Social e Cultural de Orgens, em Viseu, a história é mais «à espera do Procoop».

Isto, porque a ERPI, entretanto, inaugurada não tem protocolo com a Segurança Social, apesar de ter havido “uma candidatura aprovada no Procoop... mas já não havia verba”.

“A ERPI começou a funcionar no dia 1 de junho de 2020 e ainda não houve inauguração oficial. Abrimos no período de pandemia”, começa por dizer Celestino Martins, um dos quatro vice-presidentes de Horácio Faria, presidente da instituição viseense, sustentando ainda: “Penso que é um caso de estudo, porque não faleceu ninguém com Covid-19 e fomos enchendo a ERPI gradualmente em plena pandemia. Tivemos casos de Covid, inclusive alguns utentes em isolamento já na fase final, mas não houve situações dramáticas. A equipa ficou na instituição em permanência e ninguém saiu enquanto a situação não passou”.

Assim, sem qualquer apoio da Segurança Social, “as mensalidades atualmente estão a cobrir, minimamente, os custos”, refere, acrescentando que a resposta já está a “ter prejuízo”.

“A nossa mensalidade base é de mil euros. As instalações da ERPI são um autêntico hotel de cinco estrelas. Temos piscina, fisioterapia, cabeleireiro, um salão para ginástica, gabinete de psicologia, e enquanto não tivermos acordo de cooperação as pessoas sabem que para virem para aqui têm que pagar mil euros. Estamos à espera, quando abrirem novamente as candidaturas ao Procoop, entregaremos a nossa”, afirma Celestino Martins.

A obra custou 3,3 milhões de euros e a instituição pediu um empréstimo à banca de 2,375 milhões de euros.

“Isto dá-nos um encargo mensal muito elevado. Estávamos à espera do PARES, mas primeiro foi para as creches e, quando surgiu para as ERPI, a instituição já tinha licença de utilização da Segurança Social e licença de funcionamento da Câmara Municipal de Viseu, o que nos impediu a concorrer a qualquer tipo de programa, quer fosse o PARES, quer fosse o PRR. Por isso, estamos ansiosos que venha o Procoop, senão, dentro de pouco tempo, não temos viabilidade financeira”, argumenta.

A necessidade da comunidade, a vontade dos dirigentes foi sendo construída com dificuldades, que levantam problemas à instituição.

“A ERPI, apesar de ser uma obra que ia fazer crescer o edifício já existente, foi considerada uma obra autónoma e o PARES nessa altura só apoiava requalificações. Fomos aguardando, mas avançámos com a obra, porque havia uma



grande necessidade na comunidade. Muitas das pessoas do Centro de Dia já estavam a precisar de outra resposta que só um lar podia dar. Depois, tínhamos já tudo em condições, veio a pandemia, quando nós já tínhamos o pessoal contratado e a receber”, recorda Mário Lourenço, outro dos vice-presidentes, ao que Celestino Martins acrescenta: “Não tínhamos a valência a funcionar, mas já tínhamos o pessoal contratado e não o pudemos colocar em lay-off. Abrimos em junho, porque tínhamos o pessoal contratado desde março, a receber e sem poder trabalhar”.

Estas e outras situações têm debilitado as finanças do Centro, que nos últimos quatro anos tem registado saldo negativo, “em virtude das amortizações”.

“Apesar de tudo, conseguimos um resultado contabilístico operacional positivo, mas muito reduzido. No entanto, com as amortizações temos um resultado negativo. Neste momento, ainda com a agravante do aumento dos custos da energia, chegámos a pagar 18 mil euros de gás num mês. Estes aumentos fizeram com não tivéssemos capacidade financeira para pagar os subsídios de férias e de Natal. Assim, no ano passado tivemos que recorrer à banca para pagar o subsídio de férias e no final do ano tivemos uma pequena ajuda, que foi a nível nacional, o apoio extraordinário da Segurança Social, que ajudou a pagar o subsídio de Natal”, recorda Celestino Martins, considerando que o futuro não se mostra fácil:



“Neste momento, não estamos a libertar verbas para o subsídio de férias, porque o dinheiro vai todo para pagar as prestações dos dois empréstimos aos bancos. Neste momento, são perto de 20 mil euros por mês que estamos a pagar à banca, o que nos provoca um grande desequilíbrio financeiro”.

Os dirigentes têm tentado chegar a alguns apoios, mas as portas têm-se fechado.

“Já fizemos algumas tentativas e candidaturas, inclusive ao Fundo de Socorro Social, há três anos. Recorremos à Segurança Social, mas como não devemos a fornecedores, nem a trabalhadores, não devemos à Segurança Social, nem às Finanças... temos estabilidade financeira. Devemos é à banca e, mês após mês, as condições financeiras da instituição estão a apertar mais”, lamenta, insistindo na ideia de que é nos acordos de cooperação que está o reequilíbrio financeiro da instituição.



“Estamos convictos que a nossa salvação passa pelo Procoop, para podermos rever as mensalidades e isso já nos daria algum desafogo financeiro. A nossa principal preocupação é resolver a questão dos acordos de cooperação da ERPI, porque temos capacidade para ter mais utentes em SAD e em Centro de Dia. E só não temos já mais utentes nestas duas valências, porque não queremos apertar mais a situação financeira da instituição. Se não fôssemos uma IPSS, o Centro de Dia era para fechar, porque nos dá muito prejuízo, mas temos uma responsabilidade social que queremos cumprir”, assevera Celestino Martins.

No passado dia 21 de março, o Centro Social e Cultural de Orgens assinalou meio século de existência. Contudo, a primeira semana data de 1948.

O primeiro rancho folclórico (Rancho Folclórico Flores da Minha Aldeia) surgiu em 1948, terminou em 1955 e recomeçou em 1973, como Rancho Folclórico de Orgens. Depois, em 1976, nasceu o Centro Popular de Trabalhadores de Orgens, filiado no Inatel.

Então, a 21 de março de 1983, dá-se a fusão das duas entidades, surgindo o Centro Cultural e Recreativo de Orgens. Já em 1991, após uma alteração de estatutos e ter sido reconhecida como IPSS, a instituição passou a designar-se Centro Social, Cultural, Desportivo, Defesa do Ambiente e Património de Orgens, para assumir a denominação atual de Centro Social e Cultural de Orgens, após nova alteração de estatutos em 2015.

“Quando esta equipa chegou, os aniversários eram contados a partir de 1973, pelo

que mantivemos essa contagem e daí termos celebrado 50 anos no passado mês de março”, conta Celestino Martins, que acrescenta: “Somos uma instituição sui generis, pois somos uma IPSS com a vertente social, mas também temos o desporto, com o ténis de mesa (campeão nacional sub-11 e dois em veteranos), ainda temos a parte cultural, com um rancho folclórico, a tuna regional, uma parceria com o Teatro Projeto Off, que fazem aqui os ensaios e apresentam dois espetáculos na instituição, e ainda os Zé Pereiras”.

A atividade social da instituição começou por um projeto de alfabetização, ainda nas antigas instalações no centro da aldeia. “Terminado esse projeto, a Direção que se seguiu voltou-se mais para a área social. Assim, em 1980, começou pelo ATL e, depois, veio o SAD. Já não temos ATL, porque na escola primária foi criada uma Associação de Pais que passou a prestar esse serviço. Atualmente, fomos apoiados pelo PRR para a requalificação do espaço do ATL para criarmos uma nova creche, com a mesma capacidade da que já temos atualmente”.

De momento, a instituição tem em funcionamento uma creche com 42 bebés (em três salas) e um Pré-escolar com 44 petizes.

“O trabalho que fazemos com as crianças é de grande qualidade e todos os pais querem colocar os filhos aqui na nossa creche. Temos uma lista de espera muito grande, porque chegámos a um patamar de qualidade muito elevado e acima da média”, afirma Celestino Martins.

Já na área da terceira idade, o SAD apoia 43 utentes, o Centro de Dia 15, apesar da capacidade protocolada de 25, enquanto a ERPI acolhe 60 idosos, valência sem acordos de cooperação.

“No Centro de Dia, a pandemia levou à diminuição de frequência, mas também como abrimos a ERPI, houve alguns utentes que passaram de uma para a outra resposta. Mas foi mais devido à pandemia. Depois, os elevados custos que o Centro de Dia tem, não nos interessa ter muitos mais utentes, porque esta é uma resposta que nos dá sempre prejuízo anual de cerca de 50 mil euros”, revela.

A instituição é ainda proprietária de uma quinta, onde gostaria de desenvolver para que os utentes possam ter experiências no exterior.

“Falta-nos financiamento para fazermos uma piscina, uma parte mais temática para as crianças e também para os idosos. O projeto de desenvolvimento da quinta, que é o próximo que queremos avançar, está, para já, à espera de financiamento. Temos mais projetos, mas temos primeiro que resolver a situação financeira da instituição. Por outro lado, queremos também a certificação de qualidade, apesar de trabalharmos segundo todas as normas exigidas, mas falta avançarmos com o processo de certificação para termos o selo”, sustenta Celestino Martins, sublinhando uma ideia: “A nossa ambição é sermos uma instituição de referência. Na área da infância já somos, mas queremos ser também nos idosos”.

OBRAS SOCIAIS DE VISEU

Instituição trabalha para ser vista como um parceiro sério e credível

Completou há pouco 57 anos de atividade, mais de cinco décadas com uma história peculiar e de resiliência, tentando fazer um trabalho de intervenção social e comunitária diferenciada e que tem na área da formação um dos principais eixos motores da instituição. As Obras Sociais do Pessoal da Câmara Municipal de Viseu e Serviços Municipalizados de Viseu, comumente designada simplesmente por Obras Sociais de Viseu, são hoje uma instituição muito diferente.

“A instituição foi criada por funcionários da Câmara Municipal de Viseu, porque à data os funcionários eram bastante mal pagos. Então, criaram uma resposta social que de alguma forma os ajudasse”, começa por contar José Carreira, presidente das Obras Sociais de Viseu.

Ao longo dos tempos, a instituição teve várias respostas, mas o forte, durante muitos anos, para além de ter um supermercado low cost e depois ter criado uma creche e um CATL, era a componente de apoio à saúde.

“Havia comparticipação de medicamentos e de consultas aos funcionários dos municípios associados das Obras Sociais. Porque, para além de Viseu, outros municípios aderiram e associaram ao projeto, casos de Mangualde, Penalva do Castelo, Sátão e Oliveira de Frades. As autarquias eram parceiras, os funcionários associados”, conta, prosseguindo: “Nessa altura, os municípios transferiam verbas para as Obras Sociais. O apoio à saúde era a primeira resposta e o que ligava o associado à instituição. Eram, então, cerca de cinco mil associados. Em 2009, esse financiamento dos municípios deixou de ser feito, porque houve o entendimento de que era ilegal, uma vez que os trabalhadores já beneficiavam da ADSE”.

Este é, então, o ponto de viragem das Obras Sociais, “porque, de um momento para o outro e sem aviso, a instituição perdeu mais de dois terços do financiamento”, sublinha José Carreira, acrescentando: “A partir daí, a instituição passou a sentir muitas dificuldades, também porque até aí viveu sempre numa zona de conforto. Até aí, tínhamos creche, pré, ATL e refeitório social. A partir daí, e fruto dessas dificuldades, começou a haver dificuldades também a nível diretivo. Perante o quadro, em regra respostas da infância deficitárias, saúde terminada, refeitório social inviável financeiramente, procurámos perceber o que podíamos fazer. Vimos que não havia nenhum apoio às pessoas com demência e aos seus cuidadores e avançámos nessa área. Estudámos que projetos a nível de intervenção social e comunitária poderíamos agarrar e começámos pela RLIS, agora SAAS, e depois os CLDS”.

E ainda alinhada com este propósito, a



instituição criou a área de formação e projetos.

“Mais recentemente, avançámos para aquilo que é o nosso maior desafio, que é o Acolhimento Familiar de Crianças e Jovens, que começámos em setembro de 2022. Neste momento, temos 11 famílias em processo de formação para, depois, poderem acolher crianças. Todo o trabalho que poder ser feito para termos menos crianças e jovens institucionalizados é positivo”, sustenta José Carreira.

Como foi referido, a área da formação é um dos motores das Obras Sociais de Viseu, apesar de, atualmente, nem tudo serem rosas.

“A nossa formação está focada no cuidado, ou seja, é uma formação sobre áreas que nós trabalhamos, seja para cuidar de crianças, de pessoas idosas ou de pessoas com demência, seja para cuidadores formais ou informais. Esta é a nossa lógica de trabalho. Não vamos competir em áreas que não temos competência nem perfil. É assim que trabalhamos, seja formação não financiada, seja formação financiada, que já não há desde 2022. A formação é apenas uma das nossas áreas de intervenção, mas acaba por ser problemático não haver financiamento”, frisa o presidente da instituição, continuando a explicar como trabalha a formação: “Na formação financiada já tivemos dois modelos, para ativos empregados e para desempregados de longa duração. Depois, especialmente a partir de janeiro de 2023, como estamos sem formação financiada, estamos a tentar aperfeiçoar o modelo para termos formação não financiada no mercado. Isto faz sentido porque é uma coisa que se constrói,

porque o público percebe que, como não somos generalistas, temos uma sensibilidade diferente para o tema, que são pessoas, profissionalmente, dessas áreas, não são apenas formadores. O percurso está a ser interessante, pois temos sentido bom feedback”.

E se a desgraça foi muita com a pandemia, ela ensinou muita coisa e revelou novas oportunidades.

“Uma vantagem da pandemia, talvez das poucas que teve, foi a formação online e com isso temos conseguido ter formandos do norte ao sul do país. No âmbito da formação financiada, como era presencial, o nosso público era mais as pessoas de Viseu. De um momento para o outro, era e é o país inteiro. É certo que também estamos a concorrer com o país inteiro, mas esta especificidade de a nossa formação estar alinhada com as nossas intervenções sociocomunitárias é vantajoso”, considera José Carreira.

Face à especificidade da formação e o modelo, os formandos são, essencialmente, de instituições do Sector.

“Temos tido muitos quadros técnicos de muitas IPSS. Especialmente nesta área das demências, porque há uma grande preocupação por parte das instituições. As pessoas já sentiam isso, mas com a pandemia procuraram muito formação nessa área das demências”, afirma, revelando: “Um aspeto curioso foi a grande procura na área da infância, mas mais do pessoal auxiliar. Isto foi uma surpresa, porque trabalhávamos mais a área dos idosos, em especial a das demências, mas com a



pandemia as pessoas dessa área deixaram de ter tempo para participar e, então, avançámos com a formação na área das crianças. E, surpreendentemente, percebemos que há interesse, há procura, porque as pessoas sentem muita dificuldade naquilo que é o processo de lidar com as crianças”.

No ano de 2022, as Obras Sociais de Viseu deram formação a 1066 pessoas.

Outra área em que a instituição aposta forte e é já uma referência a nível nacional é na área das demências.

“O Centro de Apoio Alzheimer de Viseu foi criado com o objetivo de informar, formar, sensibilizar e capacitar pessoas com demência e cuidadores de pessoas com demência. Para tal, temos respostas para pessoas com demência e cuidadores de pessoas com demência e uma terceira linha que tem que ver com a capacitação e sensibilização da comunidade. No fundo, fazer pressão sobre as entidades públicas, que são quem decide. Nesse sentido fazemos o seminário internacional «Conhecer, Compreender e Intervir», porque faz falta fazer este trabalho de sensibilização. Para além disto, também fazemos consultoria a outras instituições”, explica, deixando uma crítica e uma proposta: “Apesar de haver uma Estratégia Nacional para a Demência na área da Saúde, na verdade ainda não aconteceu quase nada. Por isso, defendo que mais do que uma estratégia, devia haver um Plano Nacional na área das demências para envolver saúde, social, comunidades, famílias e pessoas com demência”.

O Centro de Apoio Alzheimer de Viseu, no ano de 2022, fez 348 atendimentos, 670 acompanhamentos e formação a 383 pessoas.

Desde sempre, a área da infância esteve na atividade da instituição, ou não fosse o lema da instituição “dos quatro meses aos 104 anos”.

Atualmente, a instituição acolhe 42 bebês em creche, 39 crianças no Pré-escolar e ainda 28 em CATL.

E se sobre o Pré-escolar e o CATL a instituição demonstra preocupações, já sobre a creche gratuita, José Carreira vê a medida como “muito positiva”.

“A Creche Feliz foi efetivamente a primeira medida efetiva de apoio à natalidade, porque tudo o que aconteceu até agora não o fazia, tal como o cheque bebé. Notámos uma grande diferença, porque a procura aumentou muito. Aliás, já não há resposta para todas as crianças. Enquanto entidade, preferimos ter um protocolo com a Segurança Social e esta pagar o que tiver de pagar, a deixarmos isso às famílias. Por outro lado, o valor de 460 euros é certo que entra, enquanto até aqui o valor



era mais baixo e as nossas mensalidades eram muito baixas porque a maioria das crianças que acolhemos são de famílias socioeconomicamente mais desfavorecidas. Para nós é positivo e, não sei se é viável, mas gostaríamos de criar uma nova creche. Há muita procura na zona urbana de Viseu, daí termos uma lista de espera muito grande. É uma medida que faz sentido, bastante positiva e que vale muito a pena”, defende

Já o Pré-escolar... “levanta muitos problemas à instituição, pela forma como é financiado, porque dá resposta a famílias desfavorecidas e o que a Segurança Social paga com a participação das famílias é escasso”, argumenta José Carreira, revelando: “Aliás, essa resposta foi deficitária no ano passado. O financiamento é, de facto, um problema, porque o modelo e a participação da Segurança Social estão aquém do necessário. Depois, é difícil planear esta resposta social, porque as regras estão sempre a mudar em função da concorrência do sector público. Hoje não temos capacidade, amanhã já não somos precisos! Por outro lado, as exigências feitas não se coadunam com o financiamento. Agora, temo que o Pré-escolar leve o mesmo caminho dos CATL e será uma questão de tempo”.

Aliás, a instituição pondera mesmo o encerramento do CATL. “Vamos ter uma reunião de Direção sobre o CATL e estamos na iminência de, neste verão, encerrarmos essa resposta. É uma resposta deficitária há muitos anos e com a tendência de os municípios darem essa resposta, se calhar, faz pouco sentido mantermos uma resposta deficitária. Em Viseu, a autarquia está a crescer nessa resposta... Neste sentido, o CATL está condenado”, lamenta.

Tudo isto conduz a que a “situação financeira da instituição seja complexa, isto é, muito, muito difícil”.

“No ano passado apresentámos um resultado negativo de cerca de 22 mil euros. Já vivemos com dificuldades há muito tempo, aliás sempre vivemos um sufoco financeiro. E está muito complicado porque, em regra, as respostas das crianças são deficitárias, agora houve esta melhoria com a Creche Feliz, mas do ponto de vista global é muito difícil fazermos

face às despesas do dia a dia. O que nos vai equilibrando são os projetos que vamos desenvolvendo, mas estes têm um fim. Já sabemos que são a 36 meses, mas quando terminam isto aqui abana. Terminam contratos, temos que indemnizar as pessoas... E há outra dificuldade que é despesa paga só depois do investimento feito. Temos de financiar as atividades e só depois nos é pago. Isto, para quem tem tesourarias frágeis, como nós, levanta muitos problemas”, lamenta o presidente das Obras Sociais de Viseu.

Ainda, assim, os dirigentes não esmorecem, até porque a história e o trabalho desenvolvido o exigem.

“O nosso trabalho tem vindo a ser no sentido de que a comunidade nos veja como um parceiro sério e credível do ponto de vista da intervenção social e comunitária. Por outro lado, gastávamos que o Estado Central olhasse para nós como um parceiro efetivo e não como entidades que, muitas vezes, estão à espera de uma esmola para fazer o seu trabalho”, afirma.

O SAAS das Obras Sociais, em 2022, acompanhou 886 famílias, num total de 1123 indivíduos, e fez 3057 atendimentos.

A fechar, José Carreira deixa um desafio: “Algo que é, absolutamente, determinante e é muito difícil de se fazer é as entidades juntarem-se mais para fazer um trabalho conjunto. Ou seja, identificar as necessidades no terreno e depois todas as entidades conversarem para saber o que é que cada uma delas pode e deve fazer. Que a rede que existe seja mais efetiva e densificada, que funcione efetivamente. Não podemos dar todos a mesma resposta e se conversarmos podemos tornar o trabalho mais eficaz, mais eficiente e sem sobreposições, que muitas vezes criam problemas à sustentabilidade das instituições. Por exemplo, há candidaturas que se fossem feitas por duas ou mais instituições, para além de terem mais possibilidades de aprovação, a execução seria, provavelmente, mais simples. Isto é algo que me motiva, que deve ser o caminho e a CNIS pode ajudar nisto. O meu desejo é que o Sector Social funcione como um todo e, assim, tenha mais força junto das entidades e da comunidade”.

APCC – ASSOCIAÇÃO DE PARALISIA CEREBRAL DE COIMBRA

Banda rock 5ª Punkada partilha palco com os Coldplay



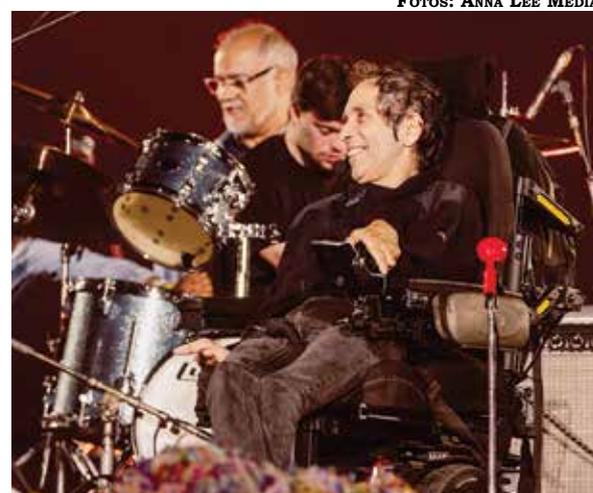
FOTOS: ANNA LEE MEDIA

É, provavelmente, o ponto mais alto da já longa carreira da 5ª Punkada, banda rock da Associação de Paralisia Cerebral de Coimbra. No passado dia 21 de maio, a banda subiu ao palco do Estádio Municipal de Coimbra com os Coldplay, atuando perante milhares de pessoas.

A loucura nacional que foram os quatro concertos da banda de Chris Martin em Coimbra culminou com o um momento único, em que Fausto Sousa (voz e soundbeam), Fátima Pinho (teclados), o terapeuta Paulo Jacob (guitarra e voz), Jorge Maleiro (guitarra e voz) e Miguel Duarte aka Mike (bateria) partilharam o palco de uma das digressões mundiais mais mediáticas. A estes juntou-se ainda o guitarrista conimbricense Vítor Tropedo.

Do sonho (quase) obstinado de Fausto Sousa em ser vocalista, quando “toda a gente lhe dizia para esquecer isso, porque nunca seria vocalista”, e do apoio que o terapeuta Francisco Sousa lhe deu para tornar esse sonho realidade nasceu a 5ª Punkada, banda criada, em 1993, no seio da Associação de Paralisia Cerebral de Coimbra (APCC) e que navega, preferencialmente, nas águas do rock, com os blues como corrente dominante.

E, em dezembro de 2021, 28 anos depois da fundação, os 5ª Punkada, finalmente, editaram um disco «Somos Punks ou Não?», apesar de não ser o primeiro que gravam, tendo agora atuado perante milhares de pessoas na companhia dos Coldplay.





TODOS JUNTOS
para um presente e um futuro das
crianças ainda mais risonho.



Pais ainda + informados
Educadores ainda + próximos
Creches ainda + eficientes

esocial.f3m.pt



NOVO LIVRO
da Editora Paleta de Letras,
em parceria com a F3M



O nosso esquilo brilhante e cheio de estilo convida-te a fazeres parte da sua aventura!
Contamos contigo?



Acompanha a página
MUNDO DA INFÂNCIA
já disponível nas redes sociais.

CONGRESSO DA UNIÃO DAS MISERICÓRDIAS

Presidente exige apoio estrutural para o sector social

O Presidente da República pediu apoio financeiro sustentado do Estado às misericórdias, considerando que não deve ser feito “com bochechos”, e que o Governo acelere a reestruturação do Serviço Nacional de Saúde (SNS).

Marcelo Rebelo de Sousa discursava no Congresso Nacional das Misericórdias, no auditório da Ordem dos Contabilistas Certificados, em Lisboa.

Com o ministro da Saúde, Manuel Pizarro, e o presidente do PSD, Luís Montenegro, na primeira fila da assistência, o chefe de Estado defendeu que deve haver em relação às misericórdias “uma opção de fundo, que convinha que não fosse de um Governo, que fosse estrutural, que fosse de regime”.

Segundo o Presidente da República, “o Estado precisa hoje dramaticamente das misericórdias, e as misericórdias precisam hoje dramaticamente do Estado”, e é preciso assumir esta “viragem de paradigma”.

Marcelo Rebelo de Sousa acrescentou que, se o Estado “tem de se socorrer dessas instituições”,

então “tem de lhes proporcionar os meios”, deve estabelecer até onde pode ir, por exemplo, no financiamento de cuidados continuados, “mas naquilo que cobre, cobre sustentadamente”.

“Não pode ser apenas de quando em vez, quando há uma degradação pontual e uma degradação acentuada da situação financeira das misericórdias que o Estado se lembra que é preciso acorrer às misericórdias, e lembra-se depois de anos de protesto das misericórdias”, considerou.

“Não pode ser com bochechos de três em três anos, de dois em dois anos, coincidindo ou não com ciclos eleitorais ou apenas com a aflição do momento. Não é possível”, reforçou.

Dirigindo-se às misericórdias, o Presidente da República referiu que o financiamento do Estado “tem um preço: a fiscalização”, porque “na medida em que o Estado utiliza recursos públicos, que significa que o setor social passa a ser financeiramente de forma sustentada mais dependente do Estado, também tem de ser mais controlado pelo Estado”.



D.R.

MAIS DE 800 AGUARDAM CUIDADOS CONTINUADOS

Internamentos inapropriados nos hospitais aumentaram 60 por cento

Um total de 1.675 camas dos hospitais públicos estavam, em março, ocupadas por pessoas internadas apenas por razões sociais, um aumento de 60% dos internamentos inapropriados que deve custar ao Estado 226 milhões de euros este ano.

Os dados constam do sétimo Barómetro de Internamentos Sociais que será esta sexta-feira apresentado em Lisboa e que concluiu que, em março, estavam internadas de forma inapropriada no Serviço Nacional de Saúde (SNS) 1.675 pessoas, o que se traduz num aumento de 60% face ao mesmo mês de 2022, quando totalizavam 1.048.

Este estudo, realizado pela Associação Portuguesa de Administradores Hospitalares (APAH) em parceria com a EY e com apoio da Sociedade Portuguesa de Medicina Interna (SPMI) e da Associação dos Profissionais de Serviço Social (APSS), contou com a participação de 39 hospitais do SNS, num total de 19.462 camas, representando 88% da capacidade a nível nacional.

A responsável da Direção Executiva do SNS Filomena Cardoso esclareceu que, dos mais de 1.600 casos de internamentos inapropriados nos hospitais de doentes que tiveram alta, são cerca de 840 os que aguardam por vaga nos cuidados continuados.

Sublinhando que os 1.675 casos de doentes

que estão a ocupar camas nos hospitais mas já tiveram alta se referem a casos que tanto aguardam pelos cuidados continuados como por respostas sociais apenas, salienta que à espera de vaga na Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI) estão cerca de 840.

“É um número dinâmico”, afirmou, frisando que a rede “coloca mensalmente mais de 3.000 doentes” e desde janeiro colocou mais de 15.000. Pretende-se, até final deste ano, criar mais cerca de 400 lugares.

Lembrando que as respostas na rede de cuidados continuados são para doentes que precisam simultaneamente de apoio social e de saúde, explicou que os casos que aguardam apenas resposta social, podem tê-la a diversos níveis.

A responsável da DE do SNS, estrutura que tem entre as suas competências a gestão da rede de cuidados continuados, disse ainda que foi criado um grupo para trabalhar e repensar a rede nacional de cuidados continuados integrados, “integrando várias respostas que existem e que possam ser criadas para tornar a rede mais fluida” e admitiu que na proposta que apresentarão no outono possa constar melhores condições de financiamento, um dos motivos das queixas das instituições.

Segundo tinha adiantado o presidente da

Associação Nacional dos Cuidados Continuados quando no passado dia 24 de maio foi ouvido no parlamento, desde o início do ano fecharam mais de 340 camas em unidades de cuidados continuados por “estrangulamento financeiro” destas instituições.

Filomena Cardoso disse que nem todos os encerramentos se deveram a problemas financeiros, mas admitiu que a proposta deste grupo possa sugerir uma melhoria nestas condições de financiamento.

Sublinhou que os valores pagos estiveram alguns anos sem serem atualizados, sobretudo no tempo da troika, e que houve um desinvestimento, mas sublinhou que o financiamento “tem vindo a ser atualizado, tendo sido alterado em novembro passado para “valores base já confortáveis”.

“Eu recorro que o valor de uma mensalidade de um doente em longa duração são 2.250 euros de mensalidade. Não é um valor despiendo”.

A RNCCI é constituída por vários tipos de respostas: as Equipas de Cuidados Continuados Integrados, Domiciliárias, as Unidade de Convalescença (UC), com internamentos até 30 dias, as Unidades de Média Duração e Reabilitação (UMDR), com internamentos com duração entre 30 e 90 dias, e as Unidades de Longa Duração e Manutenção (ULDM), com internamentos superiores a 90 dias.

D. ROBERTO ROSMANINHO MARIZ, BISPO AUXILIAR DO PORTO

Estou por dentro do sector social solidário

D. Roberto Rosmaninho Mariz, tesoureiro da CNIS, foi nomeado pelo Papa Francisco como Bispo titular de Vita e Auxiliar da Diocese do Porto. O Papa nomeou dois novos bispos auxiliares para o Porto, Roberto Mariz e Joaquim Dionísio, aceitando a renúncia de Pio Alves de Sousa. Roberto Mariz vai ser ordenado no dia 23 de julho, em Braga.

Conforme diz nesta entrevista ao SOLIDARIEDADE, D. Roberto Mariz tencionava levar o mandato na direção da CNIS até ao fim. Esta escolha do Vaticano obriga-o a abandonar, ao cabo de um ano e meio de mandato, a cúpula da Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade que vai ter de escolher um novo tesoureiro.

O novo Bispo nasceu em 13 de janeiro de 1974 em S. Pedro de Rates, Póvoa de Varzim. Fez o curso de Teologia na Universidade Católica Portuguesa e foi ordenado sacerdote em 19 de julho de 1998. Licenciou-se em Sociologia na Universidade do Minho e concluiu o doutoramento em Estudos de Religião na Universidade Católica de Braga com a tese: “O rosto social da Religião – As motivações religiosas das organizações socio-caritativas católicas”. Foi pároco em várias paróquias em Vila Verde e, até agora, na paróquia de São José de São Lázaro na cidade de Braga.

É o bispo mais novo de Portugal.

Foi convidado pelo padre Lino Maia para a CNIS e está com ele na direção desde 2019. Vai ter que sair agora...

De facto, foi o padre Lino quem me convidou. Durante estes quatro anos tivemos uma convivência muito cordial, muito amiga e muito franca. Percebe-se que a liderança dele é marcada pelo seu profundo conhecimento deste sector, sempre empenhado em conseguir o melhor para as IPSS, muito determinado, mas agindo sempre com a maior das discrições.

Esta sua mudança obriga a uma desvinculação das funções na CNIS?

Esta nova missão como Bispo Auxiliar da Diocese do Porto tem um enquadramento que traz algumas contingências naquilo que é a alteração da minha vida pessoal e na missão de trabalho. Obriga a uma reestruturação. Quanto à CNIS e às funções de tesoureiro que eu desempenhava desde janeiro, temos também que nos adequar a esta nova realidade. Quero, com muita clareza dizer que da minha parte, daquilo que é identitário no meu compromisso ao longo dos anos com a realidade das IPSS e do sector social, esta nova etapa não representará nem um desvio, nem uma fuga. E digo o mesmo em relação à ação na CNIS. No novo enquadramento episcopal também continuarei a valorização desta dimensão e ação da CNIS. Na questão da formalidade dos órgãos da Confederação é consensual a consideração desta nova realidade que obriga

a que haja uma substituição. Eu estava com agrado, com entusiasmo e com empenho na direção na CNIS. Pensava que ia levar o mandato até ao fim, de resto é o que eu defendo em todas as circunstâncias a menos que haja alguma situação de força maior. No meu caso foi o convite da Santa Sé para ser Bispo Auxiliar do Porto.

Qual é o balanço que faz do tempo que passou na direção da CNIS?

Ao entrarmos na realidade diretiva da CNIS leva-nos a tomar um conhecimento mais profundo e mais intenso do próprio sector. Quer quanto à pluralidade da realidade que o envolve, das contingências e das dificuldades, passando muitas vezes por responder a todas as vicissitudes que o sector tem, quer o empenho, de bastidores, nem sempre reconhecido, todo o trabalho que é feito na ótica de se conseguir o melhor para quem mais precisa. O estar por dentro permitiu não só fazer parte desse trabalho, mas também tomar com clareza conhecimento da realidade e da dedicação. O que vi nos últimos anos das direções da CNIS foi um trabalho crescente com objetividade, pela parte da direção da CNIS e da CNIS no seu todo, para preparar, apresentar e discutir a documentação que assegurasse a articulação da parceria entre o sector e o Estado para que a sustentabilidade das IPSS seja uma realidade, que é a questão de fundo, transversal, não resolvido, antes pelo contrário. A revisão do Pacto de Cooperação assinada no fim da legislatura anterior, que estabelece a paridade no financiamento das respostas sociais, foi uma conquista e revela o trabalho feito durante muito tempo pela CNIS. Esperemos que o Estado cumpra o que assinou.

A questão da sustentabilidade deve ser-lhe sensível. Recordo que era o tesoureiro da CNIS. E no seu currículo são várias as situações em que aparece como tesoureiro nas instituições a que esteve ligado. Por alguma razão especial?

Não sei dizer. Em nenhuma destas situações ligadas à gestão mais económica, em nenhuma delas foi uma coisa por opção, no sentido de me oferecer para tal, como por exemplo aqui na Diocese de Braga nas várias atividades que exigem de mim essa dimensão, nomeadamente como ecónomo da Diocese e dos Seminários, e agora na CNIS. Quem me convidou deve ter considerado que poderia ser positivo o meu contributo. É verdade que de formação e sensibilidade sempre fui cauteloso com os números, gosto de ter as contas certas e que as coisas estejam equilibradas e balanceadas para o futuro. É uma atitude, uma entrega, uma atenção contínua. Em nenhuma das vezes fui eu que me ofereci para essa função de tesouraria.

Não lhe vai acontecer o mesmo agora como Bispo Auxiliar do Porto?



Ao ser nomeado como Bispo Auxiliar do Porto vou entregar-me à missão que a Diocese, o Bispo Residencial, Dom Manuel Linda, determinar, na articulação com os Bispos Auxiliares e em comunhão com todos, de coração aberto para o que seja necessário.

Este convite apanhou-o de surpresa?

Sem dúvida. Quando surgiu a efetividade da situação, não estava de todo à espera. Ser confrontado com o convite concreto, para uma vida estabilizada, organizada e feliz, era mais fácil dizer não, já que obriga a reestruturar totalmente a vida de missão e de trabalho que a gente tem e a própria vida pessoal, se bem que neste caso não fico geograficamente muito distante daquilo que é a minha atual situação. Eu sou da Póvoa de Varzim, S. Pedro de Rates, e não fica longe, mas é uma completa transformação, mas, tendo dito que sim há que olhar em frente com alegria e com empenho.

e espero vir a dar um contributo positivo



Podia ter dito que não?

Há sempre opção na vida da gente dizer não. Só mesmo à morte é que não é possível... Vivemos no reino da liberdade dos filhos de Deus e no caminhar da Igreja também é possível dizer não. E muitas vezes é mais cómodo e mais fácil. Eu estava com a vida harmonizada e estruturada. O sim da disponibilidade que damos por ocasião da ordenação sacerdotal é referencial. Eu procurei ter sempre essa disponibilidade ao longo destes 25 anos de vida sacerdotal, que completo este ano, e, portanto, esta é mais uma missão.

Este é um tempo especial para a Igreja. A questão dos abusos sexuais é uma ferida aberta que vai demorar a sarar. Vai ser uma das suas preocupações na Diocese do Porto?

Há que pôr em prática, com toda a clareza e transparência a doutrina da igreja e a determinação do Santo Padre nessa matéria. O caminho está trilhado, temos de enfrentar as situações sem quaisquer rodeios, de forma

sadia e serena. A questão tem uma dimensão simbólica, com um peso tal que, por não ter sido afluída no seu enquadramento histórico da maneira que se impunha e exigia, agora, a correção da curvatura é mais dolorosa. Eu penso que a postura que a Igreja, os bispos portugueses, assumiu foi corajosa e hoje está tudo alinhado, sem hesitações.

Quando for ordenado vai ser o Bispo mais novo em Portugal...

É só uma curiosidade de calendário. A idade pouco conta. Tenho 49 anos, tem havido outros ainda mais novos, mas é verdade que agora serei o mais jovem. Só quero dar o meu contributo positivo nos desafios que surgirem e ser responsável para as dificuldades que possam aparecer.

O que é ser Bispo Auxiliar do Porto?

Não sei. Estou convencido que vai ser uma missão desafiante, na qual colocarei toda a minha vida, tendo presente a paixão por Cristo, ADN da minha vida, com esta

dimensão espiritual que tanta falta faz ao ser humano. Levar Cristo a todos e todos a Cristo.

A sua experiência no sector social solidário vai ser-lhe útil?

Sim, é uma experiência importante. Estive muitos anos na União das IPSS de Braga, mais de uma década como vigário episcopal na pastoral social da Diocese de Braga e ultimamente na CNIS. Estou bastante por dentro do sector e, naquilo que me for possível, espero dar um contributo positivo. O sector social ganhou uma dimensão de peso e estrutura no seio da nossa sociedade que não pode ser ignorado nem pela sociedade nem pela Igreja. Até porque uma grande maioria das IPSS do nosso país têm uma inspiração cristã.

Considera que a Igreja conhece bem o trabalho que tem sido feito pela CNIS?

A Igreja conhece e reconhece o trabalho feito. E está também muito preocupada com a sustentabilidade das instituições, tanto das que têm ligação direta às estruturas clericais como todas as que desenvolvem atividade social solidária. Sendo a CNIS a maior das organizações do terceiro sector parece-me evidente que há uma comunhão de preocupações. De resto, penso que tem de haver também alguma coordenação e parceria para se atingirem os melhores objetivos.

Está a dizer que é desejável que haja alguma cooperação?

Claramente. Todos agregados, com a CNIS, a União das Misericórdias, as Mutualidades, as Cooperativas, como se tem demonstrado, temos muito mais força juntos nas negociações com os governos. Quando se fraciona, a defesa do sector fica mais debilitada.

Já pensou no que vai mudar na sua vida?

Vai mudar muita coisa. A começar pela habitação, por exemplo. Tenho a vida estabilizada aqui no centro da cidade de Braga e tenho de ir viver para a cidade do Porto. Na questão pessoal há pouca coisa que fica na mesma. Não é por isso que deixo de ser quem sou. Vão sobrar saudades de todas as pessoas com quem trabalhei ao longo deste tempo. A questão familiar também se obriga a ajustar.

Sei que é assumidamente um motard... Isso também vai mudar?

A viatura existe, não estou a pensar vendê-la. É verdade que gosto de andar de moto e sempre que posso é o meio de transporte que uso. Agora, não é incompatível com as novas funções, mas a disponibilidade de tempo vai ser menor. Acredito que, pelo menos nas deslocações para visitar a família poderei "tirar o pó" da máquina.



PAULO PEDROSO

*Membro da Direção do CoLABOR
e Professor no ISCTE*



Menos pobreza? Melhor proteção social e mais oportunidades

Todos reconhecemos as situações de pobreza mas não sabemos definir bem onde ela começa ou acaba. E os especialistas acompanham este sentimento da pessoa comum. A aproximação à definição do que é ser pobre tem seguido vários caminhos.

A pobreza é absoluta se não permite sobreviver com dignidade, satisfazendo necessidades fundamentais.

Há algumas décadas tornou-se famoso o apelo das agências da ONU a que ninguém viva com menos que o equivalente a um dólar americano por dia. Apesar de toda a ajuda ao desenvolvimento, da solidariedade global e da mobilização para a intervenção humanitária continuamos longe de atingir esse objetivo à escala planetária.

A pobreza é relativa se é grande a distância entre o nível de vida da pessoa e o da generalidade da população do país em que vive.

Na União Europeia entende-se que está em pobreza relativa a pessoa ou família que vive com um rendimento inferior a 60% do rendimento mediano do seu país. (O rendimento mediano é o rendimento da pessoa em relação à qual metade da população do país é mais pobre e metade é mais rica.)

É com recurso a este último indicador, cruzado ainda com a privação ou acesso a certos bens, que se chega às pessoas em “pessoas em risco de pobreza ou exclusão”, que a União Europeia pretende reduzir em 15 milhões entre 2020 e 2030.

Na sua estratégia nacional de luta contra a pobreza, Portugal pretende contribuir para essa meta com a redução em 700 mil pessoas até 2030. A Ministra Ana Mendes Godinho referiu recentemente que as medidas adotadas já terão chegado a cerca de 170 mil pessoas. Poucos dias depois, a diretora executiva da UNICEF para Portugal disse ao Jornal Público que não temos dados atualizados nem “mecanismo de monitorização transversal” do fenómeno e que receia que mais 10 a 20 mil crianças estejam em risco de cair na pobreza este ano devido à crise habitacional e à inflação na alimentação e na eletricidade, alertando para o risco da “fome de verão” das crianças.

Aparentemente há uma contradição entre as duas declarações, mas podemos estar a conseguir que haja quem saia da pobreza sem impedir que outros entrem e o saldo final não é conhecido em tempo real. O combate ao risco de pobreza

é uma tarefa de Sísifo, em que conseguimos atenuar um fator de risco, para outro logo se levantar. Daí que dispor de mecanismos de escuta das dinâmicas sociais seja tão importante como ter um programa com medidas bem definidas e concretizadas de modo eficaz.

O alerta da diretora executiva da UNICEF a propósito das crianças em risco pode estender-se a outros fatores de vulnerabilidade à pobreza.

Um dos casos em que o país carece de maior atenção é o dos pais jovens com filhos menores. É importante o reforço das prestações familiares que está em curso, mas não basta.

A exposição ao emprego precário e mal pago e ao desemprego sem acesso à proteção social são riscos subavaliados. Estas famílias, muitas vezes têm como recurso apenas um Rendimento Social de Inserção cujo valor caiu drasticamente tornando-o uma prestação desajustada das necessidades.

Para piorar as coisas, deixou de haver investimento material e acompanhamento efetivo das medidas de inserção que deveriam complementar as prestações de RSI.

O que se disse sobre o RSI estende-se a todas

e a todos os que vivem de prestações do regime não contributivo, fixadas em valores substancialmente inferiores à linha da pobreza e na sua generalidade não articuladas com mecanismos complementares de inserção social que permitam “agarrar a escada” que traga as pessoas de volta aos padrões da sociedade em que vivem.

Mas, se queremos garantir vida com dignidade às pessoas em risco de pobreza, não podemos continuar a esperar que a sua situação se degrade, por ausência ou insuficiência de rendimentos do trabalho, por privação de proteção social adequada, por paralisia nas ações de inserção, até ao ponto de humilhadas, as vemos aparecer na ajuda alimentar. Esta, sendo necessária e evitando a fome, não tira as pessoas da pobreza, em que continuarão a viver na refeição seguinte e em todas as restantes até ao dia em que se tenha uma oportunidade real ou uma proteção adequada. Trabalhar por essa oportunidade e reivindicar a necessidade dessa proteção faz parte da missão da sociedade civil para que aqueles de nós, demasiados, que sofrem a falta de rendimentos, conforto e oportunidades, possam vencer a batalha contra a sua exclusão.



HENRIQUE RODRIGUES

Presidente do Centro Social de Ermesinde

O Cartel sem quartel

1 - Tem causado certa perplexidade o facto de os bancos terem vindo a aproveitar a subida das taxas de juro para agravar as condições dos empréstimos concedidos aos seus clientes, designadamente para aquisição de habitação própria; e não elevarem na mesma proporção a remuneração dos depósitos a prazo ou outras aplicações financeiras não especulativas.

A situação de agravamento das taxas de juro e das prestações dos empréstimos tem assumido particular gravidade no domínio do crédito à habitação.

Repetindo sem revisão nem emenda as práticas da anterior crise global do mercado imobiliário, os bancos aproveitaram a maré das taxas de juro nulas, ou mesmo negativas, para promover a compra pelas famílias de habitação própria por recurso ao crédito bancário.

Não era difícil o exercício da convicção: perante a inexistência de casas para arrendar a preços sensatos, e como sucedera há algumas décadas, os bancos insistiram na tecla de transformar cada família na proprietária do seu domicílio.

O preço da renda seria equivalente à prestação do empréstimo hipotecário – e, mal por mal, mais valia as poupanças serem destinadas à aquisição de casa própria do que ao enriquecimento do senhorio.

Só que, no último ano, tudo mudou!

“O mundo mudou”, como diria José Sócrates, a outro propósito e noutra contexto.)

De súbito, as taxas de juro começaram a subir pelas paredes acima, fazendo crescer as prestações mensais e tornando inoportuno para o rendimento das famílias médias o pagamento ao banco das mensalidades do empréstimo.

(Importa não esquecer que cerca de um milhão de trabalhadores recebe o salário mínimo e que metade dos trabalhadores portugueses recebe um salário inferior a mil euros.

Ora, com o actual nível das taxas de juro, mil euros é o valor da prestação por um empréstimo de 200.000,00 – abaixo do qual uma família não consegue comprar casa nas áreas mais densamente povoadas.)

2 – A perplexidade a que me refiro no início da crónica – se é que ainda há espaço para perplexidades no mundo da alta finança – resulta de os bancos andarem todos lampeiros na aplicação aos contratos de crédito existentes das taxas de juro crescentes – mas não terem a mesma pressa na subida da remuneração que lhes compete pagar relativamente aos depósitos dos seus clientes.

Ora, a subida da percentagem de remuneração dos depósitos deveria ser simétrica e simultânea da subida das taxas de juro dos empréstimos, já que o dinheiro que os bancos emprestam para aquisição de habitação própria é o mesmo que neles é depositado pelos clientes aforradores.

Acresce que a situação assume foros de escândalo, na medida em que, se os bancos

nacionais seguem as ordens do Banco Central Europeu no que respeita à subida das taxas de juro nos empréstimos, não seguem, todavia, a lição da banca europeia na remuneração dos depósitos, em que figuramos, como é da praxe, no fim da tabela.

Tal idiosincrasia levou até já o Presidente da República a pedir aos bancos “um esforçozinho”, no que se refere à remuneração dos empréstimos a prazo – que actualmente é nula –, no que não é seguramente uma das intervenções mais felizes do Supremo Magistrado da Nação.

(O sufixo “inho” evoca sempre o retrato que Alexandre O’Neill fazia de um certo Portugal: “Neste país em diminutivo/respeitinho é que é preciso.”)

Mas, mesmo que sob a forma mitigada que não lhe é própria, o Presidente da República sempre deixa um apontamento de censura e condenação dessa prática clássica da banca, de pagar o mínimo e “sacar” o máximo.

Já o mesmo se não pode dizer do Governo, de quem se esperava mais a protecção dos cidadãos do que as cumplicidades electivas com os interesses especulativos dos bancos.

3 - Com efeito, tem sido muito debatido nos últimos dias o facto de o Ministério das Finanças, inopinadamente, ter determinado a suspensão da subscrição dos certificados de aforro da Série até agora em vigor, remunerados à taxa de 3,5% – para abrir a subscrição de uma nova Série, com mais baixa remuneração – de 2,5%.

Trata-se de título de dívida pública que constituem um refúgio natural das poupanças dos pequenos aforradores, da classe média, sem risco, porque garantidos pelo Estado.

Tem sido um sucesso a subscrição desses títulos: só de 2021 até hoje, o montante da dívida pública emitida por via dos Certificados de Aforro e Obrigações do Tesouro aumentou de 30 mil milhões de euros para 45 mil milhões.

(Trata-se de declarações do Secretário de Estado das Finanças, no “Público” de 4 de Junho.)

Mas o sucesso para os cofres do Estado, quanto à captação da poupança dos portugueses, constitui um insucesso para a banca – que vê fugir-lhe para a concorrência os depósitos dos particulares.

Pudera! Pois se o Tesouro paga a 3,5% e a banca paga a 0,9% ao ano, só quem tiver vocação para sofrer é que escolhe o que paga menos.

Para os bancos, punha-se um dilema: ou acompanhavam o movimento dos bancos da zona euro, que remuneram os depósitos à razão média de 2,1%; ou convenciam o Estado a degradar a sua oferta em Certificados de Aforro, eliminando a concorrência do Tesouro, para recuperarem, sem custos, os depósitos que lhes tinham fugido.

Para a primeira hipótese, os bancos não precisavam da cumplicidade das autoridades: bastava-lhes decidir, sozinhos, o aumento das taxas de juro dos depósitos.



Mas para a segunda, que era a que favorecia os bancos, era mister obter a concordância do Ministério das Finanças.

Foi naturalmente esta segunda hipótese a que prevaleceu; com sucesso: o Governo suspendeu a subscrição dos Certificados de Aforro da Série que estava em vigor, com remuneração à taxa de 3,5%, abrindo uma nova Série, agora à taxa de 2,5% e com piores condições do que a anterior, para além da taxa – nomeadamente baixando o limite máximo de subscrição, que passou de 250.000,00 euros para 50.000,00 euros.

Claro que o Ministério das Finanças veio desmentir a explicação que o senso comum fornecia para a mudança do regime dos Certificados de Aforro: não houvera qualquer pressão dos bancos para a mudança.

Mas não deixa de ser verdade que a mudança coincidiu com declarações públicas de responsáveis bancários, objectando à concorrência do Tesouro quanto à captação das poupanças.

E o próprio Ministro das Finanças, segundo o “Público” de 4 de Junho, apresentou como uma das motivações do Governo o facto de que “a corrida a este produto de poupança (os Certificados de Aforro) tem um impacto... nas contas dos bancos, que perdem liquidez com a fuga de depósitos.”

Para finalizar este excuro por narizes de cera, impõe-se desmentir outro dos fundamentos invocados pelo Ministério das Finanças: o de que, à taxa de 3,5%, ficaria mais barato ao Estado financiar-se com emissão de dívida externa, nos mercados internacionais.

Pena que o Expresso de 2 de Junho tenha dado nota de uma informação da Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública, de que “o custo médio do financiamento da nova dívida pública emitida por Portugal mais o que duplicou em quatro meses... e que o juro médio dessas operações subiu para... 3,5%.”

Mais depressa se apanha um mentiroso...

4 – Em vésperas das comemorações dos 50 anos do 25 de Abril, já era tempo de levar a sério a advertência de Mário Soares, quanto à submissão do poder económico ao poder político.

E de quem nos governa – ou governará – dar maior estatuto ao voto público dos portugueses nas urnas do que ao voto à puridade nos salões dos Conselhos de Administração.

Ou dos board – como agora se escreve em português.

EX-PRESIDENTE DA UDIPSS GUARDA

Faleceu o padre Virgílio Mendes Ardérius aos 90 anos de idade

Faleceu, no passado dia 17 de maio, o padre Virgílio Mendes Ardérius, um dedicado dirigente de IPSS e um apaixonado pela Comunicação Social.

A Câmara da Guarda decretou luto municipal, durante dois dias (17 e 18 de maio), com colocação da bandeira do município a meia haste, “em expressão de justa homenagem”.

O funeral decorreu na cidade da Guarda, tendo o fêretro seguido em cortejo para Unhais da Serra, terra Natal de Virgílio Mendes Ardérius, 90 anos, nascido a 30 de julho de 1932. Licenciou-se em Filosofia, diplomado em Pedagogia, pós-graduado em Ciências da Comunicação, e curso de Teologia, frequentou os seminários da Diocese da Guarda e foi ordenado sacerdote, a 6 de abril de 1957.

Pedagogo e professor em várias escolas do distrito da Guarda, entre 1975 e 1996, criou a Fundação Frei Pedro, o ISACE – Instituto Superior de Administração Comunicação e Empresa, uma instituição privada de ensino superior, e o Centro de Formação Assistência e Desenvolvimento (CFAD).



O padre Virgílio Mendes Ardérius foi ainda durante muito tempo presidente da UDIPSS Guarda.

O padre Virgílio Mendes Ardérius nasceu a 30 de julho de 1932, em Unhais da Serra, licenciou-se em Filosofia, diplomado em Pedagogia, pós-graduado em Ciências da Comunicação, e Teologia, tendo frequentado os seminários da Diocese da Guarda e sido ordenado sacerdote a 6 de abril de 1957.

Desde 2005, até ao mês de abril, foi pároco de Aldeia do Bispo, na Guarda, e também exerceu este serviço nas comunidades de Teixoso, Sé e São Vicente.

Pedagogo e professor em várias escolas da região da Guarda, entre 1975 e 1996, foi diretor da «Escola dos Gaiatos», em 1988, fundou a Fundação Frei Pedro, o ISACE – Instituto Superior de Administração Comunicação e Empresa, uma instituição privada de ensino superior, e o Centro de Formação Assistência e Desenvolvimento (CFAD).

A grande paixão pela comunicação fez dele, igualmente, jornalista, tendo fundado vários jornais e rádios, como o «Teixoso Unido» e «Terras da Beira» e as emissoras Rádio F, Rádio Satão, Rádio NOAR (Viseu) e Rádio Fronteira (Vilar Formoso).

O sacerdote cedo se dedicou à promoção das energias renováveis, antecipando em muito o que hoje é tema de ordem do dia, tendo criado, em 2001, a firma «Energy Estrela, Lda» e associando-se à «Ventos do Seixo Amarelo».

ALDEIA DA LUZ VAI SER ALDEIA DA INOVAÇÃO SOCIAL, DIAS 20 E 21 DE JUNHO

Dois dias para debater uma oportunidade e um imperativo para combater desigualdades

Cinco anos depois, a segunda Aldeia da Inovação Social será na bela e raiana Aldeia da Luz, em Mourão, nos dias 20 e 21 de junho de 2023.

O evento ocorre “numa época marcada pela preocupação com a sustentabilidade do planeta e o bem-estar das pessoas, a inovação social é uma oportunidade e um imperativo para combater desigualdades e novas formas de exclusão”, refere a organização a cargo da Portugal Inovação Social, CASES e Eslíder.

Assim, nos dias 20 e 21 de junho, a Portugal Inovação Social promove um programa de dois dias com adaptação do espaço físico da Aldeia da Luz de forma a torná-lo uma montra viva e interativa de inovação social, através da presença, apresentação e demonstração de projetos inovadores destinados a todos os públicos e idades, na presença da Ministra da Coesão Territorial, Ana Abrunhosa, e da Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Ana Mendes Godinho.

Durante dois dias irão passar pela bela e raiana aldeia da Luz 130 oradores, 700 participantes, envolvidos em mais de 35 atividades incluindo música, dança e teatro, estando diversas associadas da CNIS representadas.

Cinco anos depois, a Portugal Inovação Social colocou à disposição do ecossistema nacional de inovação social 152 milhões de euros, aprovou 694 candidaturas, financiou



477 entidades e fez parceria com 843 co-investidores públicos e privados, tornando-se o seu principal catalisador.

Segundo a organização, cinco anos depois, Portugal tem um dos ecossistemas de inovação social mais dinâmicos do mundo, com mais redes, mais parcerias e maior diversidade, sendo hoje um laboratório experimental de novas respostas sociais com elevado potencial de impacto na vida de milhares de pessoas e famílias, que inspiram a evolução de políticas públicas.

Para os promotores, a Inovação Social afirmou-se como paradigma de uma nova forma de pensar a intervenção social, convocando cidadãos, empreendedores, organizações sociais, públicas e privadas para em conjunto procurarem e experimentarem novas respostas para os desafios coletivos que Portugal

enfrenta.

A 2.ª edição da Aldeia da Inovação Social está integrada nas atividades a desenvolver por Portugal no consórcio europeu designado «ESF+ Network of Competence Centres for Social Innovation» e que adotou na sua comunicação o nome genérico FUSE (Facilitating United approaches to Social innovations in Europe), no âmbito da iniciativa lançada pela Comissão Europeia de apoio à criação de Centros Nacionais de Competências para a Inovação Social, em cada um dos Estados Membros da União Europeia.

Portugal está representado nessa iniciativa pela Agência para o Desenvolvimento e Coesão (AD&C) e pela Estrutura de Missão Portugal Inovação Social (EMPIS), com o apoio de quatro parceiros de referência – a Fundação Calouste Gulbenkian, a Universidade Católica Portuguesa, o Banco Montepio e a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa/Casa do Impacto, acompanhados por um Conselho Consultivo composto por cerca de 40 entidades do ecossistema de inovação e investimento de impacto nacional.

Este será um momento para mobilizar a energia da sociedade civil, a experiência das instituições sociais, a disponibilidade das comunidades locais, o talento dos empreendedores sociais, o compromisso dos investidores e a visão das políticas públicas para reconstruir um futuro melhor do que o passado.

ASSOCIAÇÃO DE PARALISIA CEREBRAL DE S. MIGUEL, AÇORES

Sonho antigo de novas instalações tornou-se real no dia 2 de junho

Em finais de 2021, em declarações ao SOLIDARIEDADE, Carina Nóbrega, vice-presidente da Associação de Paralisia de S. Miguel, nos Açores, dizia que na instituição se avançava a passos largos para a concretização de um “sonho antigo”.

Foi no passado dia 2 de junho que tal sonho se transformou em realidade com a inauguração do novo centro da instituição açoriana, que irá permitir o aumento de capacidade de resposta.

“É com grande esperança e entusiasmo” que os dirigentes da Associação de Paralisia Cerebral de S. Miguel (APCSM) encaram o futuro. No dia da inauguração das novas instalações, uma obra que representa um investimento próximo dos cinco milhões de euros, os dirigentes açorianos recordaram uma frase referida em 2021 numa entrevista ao jornal SOLIDARIEDADE.

“Agora que está concretizado o sonho, o próximo e imediato passo é o de proporcionar melhor e mais apoio a quem vive com paralisia cerebral”, disse Teresa Mano da Costa, presidente da APCS.

Em dia de festa, foram muitos os convidados para a inauguração do novo espaço.

“O passo mais importante já está dado”, referiu Teresa Mano da Costa, ressaltando que, “como em todos os restantes 365 dias do ano”, há que continuar com a “intervenção constante e



responder aos novos desafios que vão surgindo”.

Por seu turno, Rui Coimbra, presidente da Federação das Associações Portuguesas de Paralisia Cerebral (FAPPC), lembrou o desafio que a instituição tem pela frente: “Sim, construíram... Excelente! Sim, continuarão a trabalhar. E bem! Mas o vosso futuro terá que passar pela plena rentabilização dos espaços e dos serviços”.

Dirigindo-se aos governantes locais, Rui Coimbra disse: “Não basta apoiar uma vez! Tem que se apoiar sempre. E temos, todos, que assumir a importância de formalizar e contratualizar as valências mais do que necessárias para as pessoas com paralisia cerebral”.

Conhecer os números e a realidade local é algo que Teresa Mano da Costa aponta como fulcral.

“A nossa atuação só será plenamente eficaz

se se quantificarem os casos de paralisia cerebral existentes. Saber quem são, onde estão e quais as características [das pessoas com paralisia cerebral] para darmos respostas ainda mais certas do que as que já estamos a dar”, disse a responsável.

O presidente do Governo Regional dos Açores, José Manuel Bolieiro, destacou ser “fundamental combater”, por via da inclusão e de políticas públicas, “a tendência de uma sociedade indiferente à diferença”.

O Centro de Paralisia Cerebral de São Miguel representou um investimento de 4,6 milhões de euros. A construção do edifício permite agora uma atuação de âmbito regional, que assegurará às pessoas com paralisia cerebral e situações neurológicas e afins cuidados de saúde e reabilitação reconhecidos como indispensáveis para uma boa qualidade de vida.

O Centro de Atendimento, Acompanhamento e Reabilitação Social para pessoas com deficiência e incapacidade, que anteriormente tinha capacidade para 35, pode agora receber 50 utentes.

Há ainda no espaço um Centro de Atividades Ocupacionais com capacidade para 30 utentes; um lar residencial para 16 e um Centro de Atividades de Tempos Livres com uma capacidade para 10 pessoas.

GOVERNO REGIONAL DOS AÇORES/APCSM (FOTOS)

CASA DO POVO DE SESIMBRA

Dívidas acumuladas de 500 mil euros conduzem ao encerramento da instituição

A Casa do Povo de Sesimbra encerrou no passado dia 1 de junho, devido a dívidas acumuladas de cerca de 500 mil euros, ficando, assim, meia centena de utentes, entre idosos e crianças, sem respostas, para além de dezenas de trabalhadores no desemprego.

A Câmara Municipal de Sesimbra anunciou, em comunicado, o encerramento e estar a trabalhar para encontrar alternativas para os utentes, em conjunto com outras IPSS do concelho.

No entanto, no mesmo documento, a autarquia reconhece que “no caso do pré-escolar, sem vagas na rede pública, restam apenas opções de Centro de Atividades de Tempos Livres” e que, “por parte da Segurança Social, não foi avançada qualquer solução até ao momento, remetendo-se a responsabilidade de resolução para a própria instituição”.

Com dívidas superiores a meio milhão de euros, acumuladas desde 2015, ano em que deixou de apresentar contas, a Casa do Povo de Sesimbra tem “as instalações a precisar de obras urgentes e é necessário contratar mais pessoal para garantir as respostas sociais a que

se propõe”, lê-se ainda no comunicado, onde o município sublinha que não pode financiar uma instituição particular de forma a garantir o seu funcionamento integral, nem assumir “estas dívidas”, garantindo que “tem feito tudo o que está ao seu alcance para manter a Casa do Povo” de portas abertas., lembrando que “a disponibilização de refeições e alimentos desde fevereiro de 2023, é o exemplo de uma medida de apoio tomada pela autarquia”.

Recorde-se que já este ano decorreu um processo eleitoral para eleger os novos órgãos sociais, no entanto, a lista eleita recusou-se a tomar posse quando confrontada com as enormes dificuldades financeiras da instituição, que tem um acumulado de dívidas na ordem dos 500 mil euros.

A autarquia lamenta a ausência de um interlocutor local válido com quem procurar uma solução, pois “a atual direção já não se encontra em funções e a nova direção eleita não toma posse para não se associar às dívidas avultadas, que crescem há mais de oito anos”.

O SOLIDARIEDADE visitou a Casa do Povo de

Sesimbra no do ano de 2011, numa altura em que a casa estava a ser arrumada depois de algumas decisões de gestão consideradas erradas pelo, então, presidente da instituição, Luís Xavier.

“Quando esta equipa chegou à Direção da instituição foi como partir do zero, pois não havia o mínimo de informação”, disse na altura, acrescentando: “Desde que fomos eleitos temos feito a adaptação das instalações e dado aos funcionários garantia de estabilidade, porque nestas instituições as pessoas não ganham bem, mas a segurança do posto de trabalho é o que de melhor lhes podemos oferecer”.

Numa espécie de premonição, Luís Xavier dizia em 2011: “O grande desafio que se coloca à Casa do Povo de Sesimbra é conseguir mobilizar a comunidade a pensar sempre no coletivo, daí deverá derivar uma gestão eficaz e eficiente ou, então, o futuro será ruinoso”.

A verdade é que no passado dia 1 de junho a Casa do Povo de Sesimbra fechou portas, deixando os funcionários no desemprego e os utentes sem o apoio necessário e ainda uma dívida de cerca de 500 mil euros.



Servimos bem-estar.

TRIVALOR

SOLUÇÕES ESPECIALIZADAS PARA O SETOR SOCIAL

Na Trivalor, a nossa vocação é fazer o melhor pela sua organização.

Melhore a qualidade dos seus serviços e aumente a eficiência dos seus recursos, recorrendo a um parceiro de excelência na prestação de serviços em *outsourcing*.



GESTÃO
INTEGRADA DE
SERVIÇOS



SERVIÇOS
PARTILHADOS



RESTAURAÇÃO
COLETIVA



RESTAURAÇÃO
PÚBLICA E
CATERING DE
EVENTOS



VENDING



REPRESENTAÇÕES
E LOGÍSTICA



PRODUÇÃO
ALIMENTAR



SEGURANÇA
HUMANA E
ELETRÓNICA



LIMPEZA



BENEFÍCIOS E
INCENTIVOS



TRABALHO
TEMPORÁRIO E
OUTSOURCING

 WWW.TRIVALOR.PT

 [LINKEDIN/COMPANY/TRIVALOR-SGPS-SA](https://www.linkedin.com/company/trivalor-sgps-sa)

RUA DA GARAGEM, Nº 10 · 2790-078 CARNAXIDE
TELEF.: 210 420 005 / 210 420 808
FAX.: 210 420 098 / 214 249 488
E-MAIL: TRIVALOR@TRIVALOR.PT

CONHEÇA-NOS MELHOR

CONTACTE-NOS

66 ANOS E QUATRO MESES

Idade da reforma não se altera em 2024

A revisão da esperança média de vida não altera a idade de acesso à reforma em 2024, mantendo-se nos 66 anos e quatro meses, nem o fator de sustentabilidade das reformas antecipadas de 2023, segundo o Ministério do Trabalho.

A garantia foi dada pelo Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, depois do Instituto Nacional de Estatística (INE) ter divulgado dados atualizados que reveem em alta a esperança média de vida no triénio 2020-2022, para 19,61 anos, após os 65 anos, indicador que é tido em conta no cálculo do fator de sustentabilidade para as reformas antecipadas e na idade da reforma.

“O Governo não vai proceder a alterações à Portaria n.º 292/2022, de 09 de dezembro, que “Determina a idade normal de acesso à pensão de velhice em 2024” garantindo a estabilidade da fixação de coeficientes relevantes para o acesso a uma pensão (idade de reforma) e para o seu cálculo (fator de sustentabilidade e idade de reforma)”, afirmou fonte oficial



do ministério liderado por Ana Mendes Godinho.

Desta forma, detalha, a mesma fonte oficial, “o fator de sustentabilidade no ano de 2023 mantém-se em 0,8617 [13,8%] e a idade da reforma, para 2024, mantém-se nos 66 anos e 4 meses”.

Nos dados sobre as tábuas de mortalidade divulgados, o INE refere que “a esperança de vida aos 65 anos, no período 2020-2022, foi estimada em 19,61 anos para o total da população”, o que compara com o valor provisório

publicado em novembro que indicava que no triénio em causa a esperança média de vida aos 65 anos era de 19,30 anos.

O indicador apurado anualmente pelo INE é usado para determinar o corte ditado pelo fator de sustentabilidade das reformas antecipadas, no ano imediatamente a seguir, e para calcular a idade da reforma no ano a seguir a esse.

Assim, foi com base nos 19,30 anos de esperança média aos 65 anos de idade de vida conhecidos no final de 2022 que foi definido por portaria que em 2023 o fator de sustentabilidade seria fixado em 13,8% (caindo face aos 14,06% que vigoraram em 2022) e que em 2024 a idade de acesso à reforma é de 66 anos e quatro meses -- mantendo-se igual à que vigora este ano.

Esta idade aplica-se a pessoas que não estão abrangidas pelo regime das longas carreiras contributivas ou por aquelas que aos 60 anos de idade têm pelo menos 40 anos de descontos e para as quais é calculada uma idade pessoal de reforma sem penalizações em função da sua carreira contributiva.



SOLIDÁRIOS CONSIGO DESDE 1995



Há 28 anos a prestar serviços na área da informática com largos anos de experiência e centenas de clientes satisfeitos.

+ de 900 clientes

+ de 40 aplicações

28 ANOS DE PROFISSIONALISMO

- Serviço completo e personalizado
- Garantia de satisfação.
- Demonstrações grátis e sem compromisso
- Assistência remota

ENCONTRE-NOS EM www.tsr.pt

TELEFONE (+351) 253 408 326
 Chamada para Rede Fora Nacional
 TELEMÓVEL (+351) 939 729 729
 Chamada para a Rede Móvel Nacional
 EMAIL: tsr@tsr.pt



CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE TREVÕES

Programa CLDS discute sustentabilidade financeira das IPSS no interior

No passado dia 31 de maio, o projeto CLDS PI+PA 4G coordenado pelo Centro Social e Paroquial de Trevões levou a cabo a sua última atividade, centrada no tema “Oportunidades D’Ouro - Um olhar atento sobre a região do Interior”. Durante o evento, realizado no Museu do Vinho em S. João da Pesqueira, os participantes foram presenteados com valiosos insights e partilhas sobre o futuro das IPSS no interior. O evento também teve como foco a qualificação do capital humano e os desafios dessa qualificação nos territórios do interior.

No painel que discutiu a sustentabilidade financeira, o evento contou com os contributos do ex-ministro da Solidariedade, Trabalho e Segurança Social Pedro Mota Soares, e ainda João Novais (Universidade Católica Portuguesa) e Michael Batista (Chão do Grou), num debate

onde a adaptação, sustentabilidade e inovação revelam-se prementes para a situação atual das IPSS e seu futuro. Foram discutidas possíveis soluções para garantir a sustentabilidade das IPSS no interior, como a majoração das contribuições da Segurança Social, sem, no entanto, descuidar a necessidade de se valorizar o capital humano e de investir em formação para os profissionais do setor.

O evento reuniu especialistas, empresários e decisores políticos que partilharam as suas experiências e conhecimentos sobre os desafios de criar um futuro sustentável e próspero na região do Douro. As partilhas foram esclarecedoras e instigantes, e os participantes puderam conhecer diversas iniciativas e estratégias que podem ajudar no desenvolvimento e crescimento do setor social.



Em simultâneo decorreu uma Mostra Social do concelho de S. João da Pesqueira, com o objetivo de mostrar o potencial do setor e o seu contributo para o desenvolvimento e crescimento local e regional.

ACOLHIMENTO RESIDENCIAL

Governo quer reduzir número de crianças e jovens até 2030

O Governo pretende reduzir para “não mais” do que 1.200 o número de crianças e jovens em acolhimento residencial até 2030, uma das metas das Bases para a Qualificação do Sistema de Acolhimento de Crianças e Jovens apresentadas no Centro de Congressos de Lisboa.

“Não estamos contentes com o sistema que temos e que podemos apresentar neste momento. Queremos muito mais privilegiar o modelo que aposte preferencialmente no acolhimento familiar em detrimento de um acolhimento residencial”, disse a secretária de Estado para a Inclusão.

De acordo com Ana Sofia Antunes, este objetivo destina-se sobretudo às crianças nas primeiras idades ou até aos 12 anos e o Governo já definiu a meta que quer alcançar nos próximos sete anos.

“A nossa meta é conseguir passar das atuais cerca de 6 mil crianças em acolhimento residencial para não mais do que 1.200 em 2030”, revelou Ana Sofia Antunes, sublinhando que esta é a meta de referência.

Questionada sobre a definição desta meta e

o porquê deste número, a ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social explicou que foi feita uma avaliação e que a intenção é que as novas crianças que entrem no sistema e que precisem de acolhimento tenham preferencialmente acolhimento familiar.

“O nosso objetivo é promover acolhimento familiar em sintonia completa com o que é a lei. Isto significa que, com a distribuição das idades que nós temos no sistema de acolhimento, se conseguirmos caminhar no sentido de as crianças mais pequenas serem logo, num primeiro momento, abrangidas por acolhimento familiar conseguiremos até 2030 chegar a estes números”, adiantou Ana Mendes Godinho.

Para alcançar este objetivo, a ministra destacou a “grande campanha”, apresentada, para promover o acolhimento familiar, aproveitando para lançar o repto “a todas as famílias para aderirem, que é uma resposta alternativa, mas que garante a personalização da resposta para cada uma das crianças”.

Na sua intervenção, Ana Mendes Godinho garantiu que o Governo não está a criar ilusões,

mas antes a cumprir, anunciando outros três objetivos, entre a “disseminação pelo país” de Centros de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental, a qualificação do acolhimento residencial e a promoção de respostas para autonomização dos jovens que estão institucionalizados.

Sobre esta última, a ministra do Trabalho destacou que 60% dos jovens que estão nos centros educativos, para jovens entre os 12 e os 16 anos que cometeram um delito, vieram do sistema de acolhimento.

Por outro lado, em relação à qualificação do acolhimento residencial, Ana Mendes Godinho anunciou que vai rever o modelo de comparticipação, estando já a ser revista a portaria do acolhimento residencial para, por um lado, rever os próprios requisitos e, por outro, “garantir que há muito melhor capacidade de acompanhamento qualificado”.

Durante a cerimónia, houve ainda lugar à assinatura de protocolos com várias instituições, de norte a sul do país, para mais 30 apartamentos de autonomização, que equivalem a 150 vagas, já que em cada habitação cinco jovens.

AÇORES

Governo regional dá apoio de 300 mil euros a instituições sociais

O Governo Regional dos Açores prevê pagar em julho um apoio ao combustível a 110 misericórdias e instituições particulares de solidariedade social (IPSS), orçado em 300 mil euros, revelou o vice-presidente do executivo.

“São 300 mil euros para o apoio ao combustível, o chamado combustível social. É pago numa única prestação, em princípio no mês de julho, e vai abranger cerca de 110 instituições e mais

de 7.000 utentes”, adiantou, em declarações aos jornalistas, o vice-presidente do Governo Regional (PSD/CDS-PP/PPM), Artur Lima.

O governante, que tutela a pasta da Solidariedade Social, falava à margem de uma visita ao lar de idosos da Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo, na ilha Terceira.

Anunciado em outubro, o “combustível social” integrou a proposta de Orçamento da Região

para 2023, aprovada pela Assembleia Legislativa dos Açores, em novembro. A transferência dos montantes para as instituições deverá ocorrer no mês de julho. “É mais uma ajuda neste tempo de crise e de aumento do custo de vida. É mais um aumento que o Governo dá a estas instituições”, frisou Artur Lima.

O valor a atribuir a cada instituição é calculado tendo por base o serviço de deslocações para apoio ao domicílio e o número de utentes.

JOSÉ FIGUEIREDO
ECONOMISTA



A inteligência artificial: Precisamos de regulação forte

Com o lançamento do ChatGPT da OpenAI, uma empresa onde a Microsoft tem um investimento significativo, a inteligência artificial (IA) saltou para o mundo dos comuns mortais.

O progresso na área da IA tem sido vertiginoso. Por exemplo, hoje em dia a IA ganha facilmente aos melhores mestres de xadrez, vence os melhores jogadores de poker, ou qualquer jogo de estratégia, passa sem dificuldade no exame de acesso a profissões como médicos ou advogados e é capaz de escrever cerca de 40% do código de programação de computadores.

O que permitiu este progresso alucinante foi o alargamento exponencial da capacidade de computação e da informação que pode ser trabalhada.

Entre 2012 e 2022 a capacidade de computação usada para treinar os maiores modelos de IA multiplicou-se por um fator de 100.000.000 e a quantidade de dados consumida pelos modelos aumentou exponencialmente.

Apesar dos estonteantes progressos dos últimos anos os modelos atuais ainda comportam um potencial de erro significativo.

Por exemplo, quando se perguntou ao ChatGPT, qual era o artigo de economia mais citado do mundo, o modelo devolveu uma resposta totalmente plausível, mas errada – o artigo citado pelo modelo simplesmente nunca foi escrito...

Contudo, não tenhamos ilusões – o potencial de erro vai diminuir progressivamente. Com o aumento exponencial da quantidade de dados disponível e da capacidade de computação, em muitas matérias, a IA vai claramente suplantar mesmo as melhores performances dos seres humanos.

Uma das questões curiosas que se colocam é saber se os atuais modelos de IA passam o teste de Turing, isto é, se são verdadeiramente inteligentes.

Alan Turing foi um dos pioneiros das ciências da computação e da IA. Depois de ajudar os aliados a ganhar a segunda guerra mundial – conseguiu decifrar os códigos de comunicação alemães – dedicou-se ao tema da IA e concebeu um teste para verificar se uma máquina era, de facto, inteligente.

Basicamente trata-se de colocar uma pessoa em diálogo com duas entidades que estão por detrás de uma cortina. Uma delas é um computador e a outra é um ser humano. O diálogo vai decorrendo com perguntas e respostas sem que a pessoa em frente da cortina possa saber qual dos interlocutores é uma máquina ou um ser humano. A máquina é considerada inteligente se for impossível à pessoa em frente da cortina perceber qual

dos interlocutores é um ser humano.

Aparentemente os modelos de IA atuais ainda não passam o teste de Turing mas, mais uma vez não alimentemos ilusões – vão conseguir superá-lo – é uma questão de tempo.

Como qualquer nova tecnologia a IA comporta benefícios e riscos e, neste caso, os riscos são gigantescos.

A OpenAI, antes de libertar o ChatGPT, fez um esforço louvável de autorregulação. Foi pedido a um vasto conjunto de especialistas de diversas áreas que testasse a qualidade e a perigosidade dos outputs do modelo. Entre outras coisas os especialistas detetaram que o modelo ensinava a fazer armas químicas e até indicava os locais onde os componentes podiam ser comprados.

Naturalmente que a versão que saiu para o público não ensina a fazer armas químicas. Em todo o caso, este exemplo extremo e quase anedótico mostra o nível de risco de que estamos a falar.

O mais assustador em tudo isto é que os desenvolvimentos da IA estão a ocorrer sem um mínimo de escrutínio público.

Alguma regulação que porventura esteja a ocorrer é autoregulação das empresas que desenvolvem os modelos. Talvez possamos confiar minimamente nos padrões éticos da OpenAI-Microsoft e da DeepMind-Google. Mas que sabemos nós de empresas mais pequenas ou com menos escrutínio público?

Para se aquilatar do desconforto que grassa na comunidade da IA cito três factos. O primeiro é a carta aberta subscrita por 1.800 especialistas de todo o mundo (entre eles Elon Musk e Steve Wozniack – cofundador da Apple) que pede uma moratória nos desenvolvimentos da IA que dê tempo à criação de um quadro regulatório público eficaz, o segundo é a saída da DeepMind de um dos fundadores da empresa que pretende ficar livre para criticar o que for de criticar e trabalhar para a criação de um quadro de controlo dos desenvolvimentos de IA e, finalmente, as declarações do atual presidente executivo da OpenAI, perante o congresso americano, solicitando a regulação pública forte da IA.

Quando os que mais sabem da poda, e que mais poderiam eventualmente lucrar com a ausência de regulação no setor, mostram este nível de preocupação, creio que temos razões de sobra para, também nós, estarmos preocupados.

Quando uma empresa farmacêutica pretende lançar um novo medicamento tem de passar por um processo de escrutínio público que pode levar mais de dez anos. Esse processo pretende

garantir, antes de mais, que o medicamento não causa danos.

É, por isso, difícil de compreender que, estando em causa um “produto” porventura mais perigoso que a mais perigosa das mezinhas, tudo esteja a acontecer sem qualquer controlo público, dependendo apenas da autorregulação dos promotores da IA.

Mesmo que todos estejamos de acordo que o setor precisa de regulação temos um problema. Como defini-la? Quais os objetivos?

A coisa é relativamente fácil quando se trata de um medicamento que visa curar uma doença. Existe um objetivo (curar a doença) e pretendemos saber se o putativo medicamento é eficaz para o objetivo (se cura) e se não causa dano intolerável.

No caso da IA qual é o objetivo? Quais são os riscos colaterais que devemos prevenir? Como saber se a IA é eficaz se não sabemos definir o objetivo? Como prevenir riscos que são tão genéricos?

Obviamente este vosso humilde criado não tem as respostas no bolso.

Há, contudo, uma coisa que me parece certa – deixar andar não é opção, a ausência de regulação pública é demasiado perigosa.

Creio que podemos pensar em modelos que combinem o que existe em diversos setores regulados.

Por exemplo, o GPS é de utilização pública, mas certas valências (particularmente perigosas para a segurança geral) não estão disponíveis para o público.

Há situações em que o exercício de certas atividades sensíveis requer um licenciamento público o qual, em princípio, é antecedido de um escrutínio cuidadoso dos promotores, dos respetivos objetivos e capacidades.

Provavelmente os primeiros modelos regulatórios não serão perfeitos. Teremos de seguir aqui o aforismo de Samuel Beckett: “errar, errar de novo, errar melhor...”

O apelo acima referido de uma moratória no desenvolvimento da IA parece-me ineficaz e desajustado. Por um lado a IA pode trazer-nos coisas muito boas em diversíssimos domínios e, por outro, não vejo como se possa parar o desenvolvimento tecnológico nesta área.

A IA vai afetar todos os aspetos da nossa vida. Como tal, coloca problemas de fundo no plano ético-filosófico, político-social e também na economia.

Neste espaço de crónica tentarei dizer alguma coisa sobre os impactos na economia, no emprego e no tecido social.

Fica para outro dia.



**ESPECIALISTAS
EM FORNECIMENTO
ALIMENTAR
E NÃO ALIMENTAR**



30 ✓

Marcas Representadas

19 ✓®

Marcas Próprias

5.800 🚚

Pontos de entrega

4.800.000 🚚

km / ano

120.000 📦

Toneladas /ano
de alimentos de alta
qualidade

175 M €

Em vendas

100% 🇵🇹

Cobertura Nacional
e Ilhas (Madeira e Açores)
e exportação para África,
Ásia, Europa e América

+24.000 🧴

Referências alimentares
e não alimentares

8 🏠

Plataformas Logísticas:
Lisboa, Porto, Viseu,
Covilhã, Algarve, Açores
(São Miguel e Terceira)
e Madeira



LISBOA: 210 420 000
ALGARVE: 282 484 009
PORTO: 220 406 900

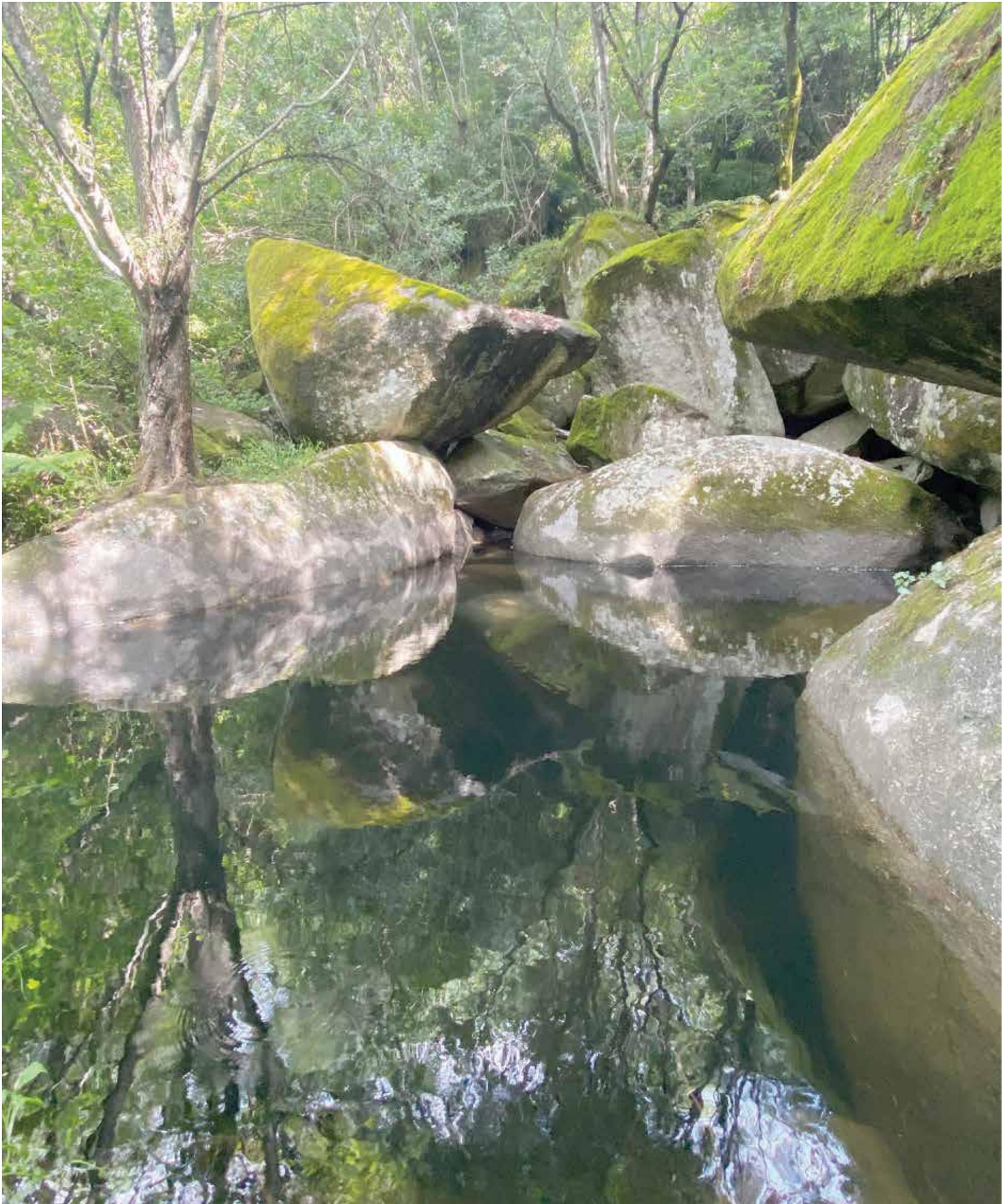
COVILHÃ: 275 320 600
VISEU: 232 430 470
MADEIRA: 210 420 000 | 917 175 381

SÃO MIGUEL: 296 960 550
TERCEIRA: 295 513 048
WWW.SOGENAVE.PT



ÂMBITO: VER CERTIFICADOS
Nº 2008/AMB0364
Nº 2019/SST.0521
Nº 2006/CEP2827
Nº 2008/GSA0037

TRIVALOR
trivalor.pt



A fonte da vida

FICHA TÉCNICA

Propriedade: CNIS (Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade) - Rua da Reboleira, 47 - 4050-492 Porto - NIF: 501 146 253 - **Telefone:** 22 606 86 14 | **Fax:** 22 600 17 74 - | **e-mail:** jornal.solidariedade@gmail.com | **Sede de Redação e de Editor:** Rua da Reboleira, 47 - 4050-492 Porto | **Diretor:** Padre Lino Maia | **Diretor-Adjunto** Padre José Baptista | **Editor:** V.M. Pinto **Redação:** Milene Câmara, Pedro Vasco Oliveira e Rodrigo Ferreira - **Colaboradores:** Fernando Martins, Henrique Rodrigues, José Silva, Padre José Maia e José Figueiredo | **Estatuto Editorial:** <http://www.solidariedade.pt/site/mostrapdf/13446> | **Impressão:** Unipress - R. Anselmo Braancamp, 220 - Granja 4410-359 Arcozelo - Gaia | **Tiragem:** 5.000 exemplares **Depósito Legal** n.º 11753/86, ICS-111333

HUMANITAS

Instituições sociais da deficiência mental estão à beira da rutura financeira

As instituições particulares de solidariedade social dedicadas à deficiência mental exigem “um aumento significativo” das transferências de verbas do Estado para fazerem face aos aumentos salariais aprovados para este ano. “Sabemos que todas as IPSS estão muito debilitadas financeiramente. Devido à pandemia e à inflação. Só os custos com energia e alimentação aumentaram 50% e existem muitas instituições que se veem forçadas a recorrer a empréstimos para cobrir as despesas correntes”, denunciou em comunicado a Humanitas - Federação Portuguesa para a Deficiência Mental.

Para a presidente da Humanitas, Helena Albuquerque, o problema reside nos acordos de cooperação com o Estado: “Não nos permitem pagar mais. Basta fazeremos algumas contas fáceis para verificarmos que, nos últimos cinco anos, o apoio estatal por cada utente diminuiu drasticamente em percentagem. Os aumentos dos acordos de cooperação não acompanharam o acréscimo do custo médio/utente das nossas Instituições.”

Em comunicado, a mesma responsável afirmou que não está contra o aumento dos ordenados e considerou que os trabalhadores até ganham pouco para o trabalho que fazem, mas sustentou que um acordo assinado, em abril, entre a Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais (FNSTFPS) e a Confederação Nacional de Instituições de Solidariedade (CNIS), para atualização da tabela salarial, está a colocar problemas de sustentabilidade às instituições.

Assim, exige um aumento significativo das transferências e não “reforços extraordinários”, como aconteceu no ano passado e poderá suceder este ano. “Não podemos estar dependentes desta arbitrariedade e, que fique bem claro, estes apoios extraordinários não chegam para as nossas IPSS poderem sair da situação muito delicada em que se encontram”, declarou.

No documento, salienta-se também que o facto de as IPSS pagarem baixos ordenados está a colocar-lhes um problema de retenção de talentos.

“Os anúncios de emprego sucedem-se porque os profissionais só trabalham nestas instituições até encontrarem um emprego melhor, constatou Helena Albuquerque, alertando que as IPSS que atuam na área da deficiência mental já têm “muitas dificuldades” em contratar terapeutas.

ESTUDOS DA DEFICIÊNCIA

O ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa - criou o primeiro núcleo de estudos específico sobre deficiência no país, que congrega a investigação que tem sido feita de forma dispersa e isolada, e colmatando a pouca informação científica existente.

O Núcleo de Estudos da Deficiência em Portugal funciona desde há cerca de quatro meses e teve a sua apresentação pública oficial no dia 18 de maio, com a realização do primeiro seminário internacional, sob o tema “Vida independente e direitos sociais, que futuro?”.

O coordenador científico do Núcleo disse que o ISCTE “foi a primeira universidade em muitas coisas”, que “nasceu com a marca da inovação, neste caso da inovação social”, incorporando no seu “ADN a ideia de que a academia tem de acompanhar os tempos”.

Na opinião de Luís Capucha, a mudança tem que ser feita com o apoio do conhecimento e da formação, sublinhando que “hoje em dia já não se aceita que as pessoas [com deficiência] sejam acantonadas em instituições que são deprimentes”.

“Quando a gente lá chega vê todas as pessoas com os mesmos problemas, que só veem outras pessoas com problemas iguais aos delas, que não participam na vida social. Isso, hoje em dia, é um bocadinho inaceitável”, considerou, acrescentando que, mais uma vez, o ISCTE arriscou numa área inovadora.

Luís Capucha explicou que o ISCTE, tal como outras instituições de ensino, tem investigadores que, “de uma forma mais ou menos dispersa e isolada”, fazem investigação e outros trabalhos na área da docência dos estudos da deficiência, “que é uma área tradicional em muitas universidades estrangeiras”.

“Portugal não tem nenhuma estrutura regular. Os estudos que há sobre a deficiência são muito insuficientes. Nós em Portugal temos pouca informação de carácter científico, quer sobre as barreiras, quer sobre as dificuldades, quer sobre as políticas, quer sobre as características das próprias pessoas [com deficiência]”, referiu.

Segundo o responsável, o país acaba por ter “muito pouca informação para aquilo que seria desejável” e tendo em conta “aquilo que é normal noutros países”.

Nesse sentido, a instituição entendeu que tinha condições para avançar com a criação do núcleo, uma vez que já “tinha algum património de investigação” e tinha a possibilidade de “desenvolver uma estrutura mais ou menos profissionalizada”.



Lavandarias Profissionais IPSS

GRUPO LABLAD, LDA.
 Rua Fernando Namora, 135
 4425-651 MAIA TLM 917571305
info@milplus.pt – www.milplus.pt

Parceiro Oficial